

# REVISTA **ALPL**

Nº2

Londrina, Novembro de 2019



ASSOCIAÇÃO  
**LIVRE**

PSICANALISE EM LONDRINA

## **Apresentação da Revista ALPL**

A Revista ALPL constitui-se num espaço para as letras daqueles que têm a Psicanálise freudo-laciana como ética de uma estética possível para a existência. Trata-se de uma publicação digital e anual, aberta à contribuição de psicanalistas e de profissionais de outras áreas que dialoguem com a Psicanálise.

Ao primar pelo objetivo de transmitir e fazer circular a Psicanálise, a Revista ALPL tem como missão publicar artigos inéditos que tenham como mote a Psicanálise em intensão e/ou em extensão em seus mais variados recortes. Além disso, há espaços específicos destinados a resenhas, entrevistas ou conferências de interesse para o campo da psicanálise.

Assim, em Nossos Tempos, o leitor encontrará ensaios psicanalíticos que versem sobre questões contemporâneas de relevância social e seus efeitos e articulações com o sujeito e a clínica.

Na seção Diálogos desta edição, apresentaremos a íntegra de um seminário, fruto do diálogo, troca e generosa contribuição de um psicanalista mais experiente à nossa ainda jovem associação.

Por fim, mas não com menor importância, será possível apreciar a transcrição de uma entrevista, ou ainda, uma resenha de livro ou filme.

Que a produção deste espaço continue a se construir e se reinventar!

**Josani Campos da Silva**  
Coordenação Editorial.

**Revista ALPL N.2**  
**Ano 2019**

**Projeto Gráfico**  
Gabriel Xavier Felipe

**Corpo Editorial**  
Josani Campos da Silva - coordenação  
Ana Cláudia Raymundi Spigai  
Cleide Vitor Mussini Batista  
Silvia Helena de Rezende Siste  
Zeila Facci Torezan

Associação Livre - Psicanálise em Londrina  
Rua João Wyclif 111, sala 302  
86055-710 - Londrina Pr - Brasil  
E-mail: revistaalpl@gmail.com  
www.associacaolivrepicanalise.com.br

# Índice

<b>Editorial</b>	<b>4</b>
<b>Artigos</b>	<b>6</b>
O Sinthoma como quarto nó	8
Por uma razão	14
Do que se trata no ato analítico?	20
Ato analítico e sua relação com o objeto a	26
O mal estar na psiquiatria	33
<b>Nossos Tempos</b>	<b>40</b>
<b>Diálogos</b>	<b>45</b>
<b>Entrevista</b>	<b>57</b>
<b>Normas de submissão e publicação</b>	<b>60</b>

# Links

[\*\*Apresentação\*\*](#)

[\*\*Corpo Editorial\*\*](#)

[\*\*Normas para Publicação\*\*](#)

[\*\*Endereço de Contato\*\*](#)

[\*\*Edição Atual\*\*](#)

[\*\*Edições Anteriores\*\*](#)

É com entusiasmo que a Revista ALPL apresenta o seu segundo número, dando continuidade ao projeto de fazer disseminar a psicanálise. O nó borromeu, que figura como capa desta edição, circula pelos textos que aqui apresentamos na relação com temas clínicos fundamentais: sintoma, corpo e sujeito. Para tal, contamos com autores de nosso meio bem como inseridos em outras nacionalidades, o que nos proporciona uma leitura plural e ao mesmo tempo muito consistente da psicanálise freudo-laciana.

Iniciamos a Seção Artigos, assim, com o texto de Ligia Gomes Víctora intitulado “O Sinthoma como quarto nó”, que de forma muito didática e encantadora nos guia pelo ensino laciano rumo à escritura do nó, bem como nos propõe reflexões clínicas acerca de um quarto enodamento.

Zeila Facci Torezan afirma que Lacan não dá ponto sem nó em seu texto “Por uma razão”, em que o convite para desdobrar a compreensão do ato analítico através da estrutura poética de Rimbaud nos convoca a uma leitura instigante rumo ao desejo do analista.

Na sequência, o artigo “Do que se trata no ato analítico?”, o autor Edinei Suzuki nos convoca a percorrer o trajeto de uma análise, as posições que um sujeito vem a ocupar na relação transferencial e as consequências do fim de análise, que resulta, especialmente, na produção de um analista. Através de um caso clínico, demonstra como a circularidade sintomática e repetitiva tem relação com as posições que um sujeito ocupa na vida e na análise, e indica uma direção possível ao articular, de forma muito pertinente, o grafo do ato e a alternância entre o discurso da histórica e do analista.

O tema do ato analítico aparece também no artigo da Ana Cláudia Raimundi Spigai intitulado “Uma articulação entre percurso analítico e objeto a”, com destaque para interessante explanação acerca da

relação entre as operações de alienação e separação no processo de estruturação do sujeito com a experiência analítica, bem como o duplo sentido relativo ao saber fazer do analista: tanto em seu ato com o analisante como na sua própria passagem analisante, de objeto de desejo à objeto causa de desejo.

Em tempos de aceleração, o trabalho de Zuleica Campos nos permite tecer importantes reflexões acerca da intolerância ao sofrimento psíquico e sua rápida medicalização. Através de uma retomada instigante pela história da psiquiatria, fica o convite para indagar sobre o lugar do sujeito e o tempo de elaboração necessário ao seu sofrimento nos dias atuais.

Em Nossos Tempos, Alba Flesler nos convida a interrogar, pela perspectiva borromeana, as transformações sociais concernentes à família e ao lugar ocupado pelo pai. Inicialmente, ela apresenta as versões do pai ao longo da história humana, demonstrando sua influência na constituição da estrutura, e culmina com o real do nosso tempo, discutindo sobre possíveis consequências do pai desautorizado e da recusa da nomeação.

Na Seção Diálogos apresentamos “O corpo, do corpo, do corpo”, transcrição de um seminário brilhante e generoso que o psicanalista Aurélio Souza apresentou na Associação Livre – Psicanálise em Londrina em maio do corrente ano. Aqui o conferencista visita a concepção de linguagem em toda a extensão da obra laciana, base fundamental para compreender a noção de corpo atrelada a cada um dos enodamentos do RSI, a qual ele apresenta de maneira didática e muito generosa. Leitura imperdível!

Para finalizar, destacamos a Entrevista com a psicanalista Tathyana Pitavy, que oferece aos nossos leitores o relato de sua experiência de trabalho e transmissão da psicanálise na França, através da qual também discute sobre a importante função das associações de psicanálise e seus dispositivos.

A tarefa de fazer circular a psicanálise não é fácil, mas vale a aposta de que não seja ingrata nem impossível! Boa leitura!

Josani Campos da Silva  
Coordenação Editorial

**O *Sinthoma* como quarto nó**

**Por uma razão**

**Do que se trata no ato analítico?**

**Ato analítico e sua relação com o objeto *a***

**O mal estar na psiquiatria**

**Arti  
gos**

## O *sinthoma* como quarto nó

The *sinthoma* as fourth knot / Le *sinthome* comme quatrième noeud

Lígia Gomes Víctora<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo apresenta a construção lacanianiana do conceito de *sinthoma* como quarto nó, estabelecido durante os anos 1975 e 1976. O longo percurso de Lacan através das matemáticas, partindo dos esquemas, passando pelos grafos, pela topologia de superfícies, pelas redes tetraédricas, pela álgebra dos discursos e pelas fórmulas da sexuação, acabou por levá-lo à teoria dos nós, onde encontrou finalmente uma “escritura” para o sujeito neurótico. Esta estrutura – que Lacan insiste em afirmar que é a real – é formada pelos registros do real, do simbólico e do imaginário enlaçados na cadeia borromeana, estando ao mesmo tempo livres e em relação de igualdade entre os três. Com o passar do tempo, Lacan propôs mais um elo para a cadeia, que seria o *sinthoma*. Um quarto elo que, no final de uma psicanálise deve poder continuar a manter a amarração – fazendo parte da estrutura, dispensando o psicanalista. O quarto nó pode ser também visto como um recurso dialético para ajudar a abordar certos casos em que um acontecimento da realidade vem abalar a estrutura tríplice RSI. O encaminhamento aqui traçado leva à abertura de algumas questões clínicas de relevância: como um sujeito se mantém quando o mundo parece acabar? Seria este quarto nó necessário?

**Palavras-chave:** Psicanálise. Nó borromeano. *Sinthoma*.

### Abstract

The present paper presents the Lacanian construction of the concept of *sinthoma* as a fourth knot, established in the years of 1975 and 1976. Lacan's long journey through mathematics, starting from schemas, through graphs, surface topology, tetrahedral networks, algebra of discourses and the formulas of sexuation, eventually led him to the theory of knots, where he finally found a “writing” for the neurotic subject. This structure – which Lacan insists on asserting to be the real one – is formed by the registers of the real, the symbolic, and the imaginary in the Borromean chain, being at the same time free and in equality between the three. Over time, Lacan proposed another link to the chain, which would be the *sinthome*. A fourth link which, at the end of a psychoanalysis, must be able to continue to maintain the linking – being part of the structure, dispensing the psychoanalyst. The fourth knot can also be seen as a dialectical resource to help address certain cases in which an event of reality shakes the triple RSI structure. The approach here taken leads to the opening of some clinical issues of relevance: how does a subject hold himself when the world seems to end? Would this fourth knot be necessary?

**Key-words:** Psychoanalysis. Borromean knot. *Sinthoma*.

### Résumé

Le présent article présente la construction lacanienne du concept de *sinthome* en tant que quatrième noeud établi au cours des années 1975 et 1976. Le long cours de Lacan en mathématiques, à partir des schémas, des graphes, des topologies de surface, des réseaux tétraédriques, de l'algèbre des discours et du formules de sexuation l'ont finalement conduit à la théorie des nœuds, où il a finalement trouvé une “écriture” pour le sujet névrotique. Cette structure – que Lacan tient à affirmer être la réelle – est formée par les registres du réel, du symbolique et de l'imaginaire dans la chaîne borroméenne, à la fois libres et égaux entre les trois. Au fil du temps, Lacan a proposé un autre lien à la chaîne, qui serait le *sinthome*. Un quatrième lien qui, à la fin d'une psychanalyse, doit pouvoir continuer à maintenir l'amarrage – faisant partie de la structure, dispensant le psychanalyste. Le quatrième nœud peut également être considéré comme une ressource dialectique pour aider à traiter certains cas dans lesquels un événement de la réalité secoue la structure à triple RSI. La référence tracée ici conduit à l'ouverture de certaines questions cliniques d'importance: comment se comporte un sujet quand le monde semble s'être terminé? Est-ce que le quatrième noeud serait nécessaire?

**Mot-clés:** Psychanalyse. Nœud borroméen. *Sinthome*.



Vou tentar pegar o fio da meada pelo nó! Em 1976, ano em que ocorre o seminário *O Sinthoma*, Lacan<sup>2</sup> vinha com todo um percurso matemático – nos anos 50 com seus esquemas – S, R, I – e com o grafo do desejo, e, em 1962, com a topologia lançada no seminário *A identificação* (Lacan, 1961-62). Mais adiante, com as redes tetraédricas do seminário *Ato psicanalítico* (Lacan, 1967-68) e, em seguida numa sequência de seminários traria também a álgebra dos discursos e as fórmulas da sexuação. Parecia ter completado a formalização dos conceitos psicanalíticos, mas não... Ainda iria se embrenhar na teoria dos nós que galgava, no campo das ciências, espaço na teorização e parametrização de suas variedades.

Quando lançou (lição 09/02/1972) o nó borromeu no seminário *Ou pior* (Lacan, 1971-72) ele ainda não sabia para que iria usá-lo... Nesta lição, conta que o recebeu como um presente de uma bela mulher. Não tinha ideia de tudo o que poderia representar com aquele belo brasão, e de como isso iria marcar e modificar sua teoria e clínica. Considero importante ressaltar este momento original – em todos os sentidos, por ser a origem e por sua inovação – do nó borromeu na obra de Lacan, porque aí se planta, ou implanta, algo que não é simplesmente análogo ao imaginário do corpo, do toro ou mesmo do cross-cap, mas que tinha a ver mais com o simbólico. Algo que rompe com a imagem e que corresponde mais à concepção de redes – com a ideia da organização significativa.

**“Com a teoria dos nós, Lacan encontra uma fórmula que parecia perfeita para escrever a estrutura do sujeito: Real, Simbólico e Imaginário – os três registros livres, mas ligados em uma só cadeia, em igualdade de condições.”**

Fazendo uma leitura corrida da sequência dos seminários dos anos seguintes (de 1972 a 1976) – seminários *Encore* (Mais ainda, 1972-73), *Les non-dupes errent* (Os não-tolos vagueiam, 1973-74), RSI (1974-75) e *Le sinthome* (*O sinthoma*, 1975-76) – dá para acompanhar sua imensa pesquisa sobre a teoria dos nós: primeiramente, encontra uma fórmula que parecia perfeita para escrever a estrutura do sujeito: Real, Simbólico e Imaginário – os três registros livres, mas ligados em uma só cadeia, em igualdade de condições – o que permite a Lacan confirmar seu mantra: enquanto o Simbólico faz o buraco, o Imaginário dá a

consistência e o Real funda a ex-sistência<sup>3</sup>. Depois, parece se dar conta de que os três não bastam para a imensa complexidade do sujeito, então começa a tentar diferenciá-los, colorindo, orientando com setas, abrindo com retas infinitas e, por fim – acrescentando mais nós à cadeia. Neste ponto que vou abordar de seu ensino, ele vai incluir e tentar justificar a necessidade do quarto elo.

Lacan (1975-76) começa a lição III do seminário *O sinthoma* (16/12/1975) apresentando o nó de trevo, que chama na ocasião de “nó de três” (*nœud à trois*) – o que dá margem a muita confusão, pois geralmente ele se refere assim à cadeia borromeana. Estas nomações diferentes das usuais são invenções dele – às vezes as utiliza só uma vez, o que leva a pensar que foram erros ou lapsos.

Desenha este nó, que é chamado normalmente de nó de trevo.

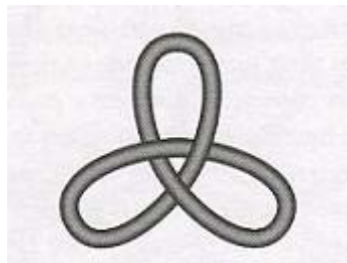


Figura1. Nó de trevo (Lacan, 1975-76, p.22)

Que pode ser obtido em se amarrando uma corda:

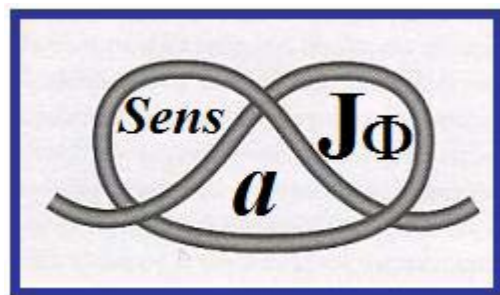


Fig.2 (Lacan, 1975-76, p.26)

Ou, segundo ele, do centro da cadeia borromeana:

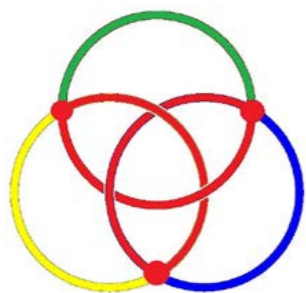


Fig. 3 (Lacan, 1975-76, p. 25)

Lacan (1975-76, p.25) segue seu raciocínio, perguntando: – “Se os 3 círculos são análogos, por que não podemos colocá-los em continuidade?” (tradução nossa). Este é um falso silogismo, pois não é por serem equivalentes que podem ser dispostos em

## “Não parece que o mínimo é sempre constituído por um nó à quatro?”

continuidade! Este processo dialético é o mesmo que ele utiliza para fazer as *depurações* da cadeia borromeana – refere-se ao costume ou à necessidade que Lacan tem de enxugar, *à la Occan*, para reduzir uma teoria ao mínimo necessário e suficiente<sup>4</sup>. E então, ele lança a questão que dá uma guinada na sua lógica borromeana da perfeição do três como escritura do sujeito: – “Não parece que o mínimo é sempre constituído por um nó à quatro?” (Lacan, 1975-76, p.25, tradução nossa)

Confessa que ficou 2 meses tentando, sem êxito, realizar um “nó borromeano de quatro, de quatro nós a três” (Lacan, 1975-76, p.26, tradução nossa).

Diz que tinha a intuição de que deveria existir, mas não conseguia descobrir como fazer... até que na noite anterior, tarde da noite, Michel Thomé bate à sua porta com a solução do problema – que ele, Michel, e seu colega Soury haviam desvendado aquilo que ele passara os meses de férias se debatendo sem conseguir. Mas que eles só conseguiram isto porque estavam em dois: “falando entre eles” – o que ele mesmo não conseguira, pois estava sozinho! – “Mais que um *trabalho*, uma verdadeira *descoberta*”<sup>5</sup> e que não vai ser a última: haverá outras – diz Lacan (1975-76, p.26, tradução nossa).

Então, retoma o quadro RSI do

seminário *As relações de objeto nas estruturas freudianas* (Lacan, 1956-57) – fazendo uma espécie de operação algébrica, e acrescentando um quarto elemento: o Sinthoma.



Fig. 4 (Lacan, 1975-76, p. 26)

Tudo isso para introduzir a tríade freudiana inibição, sintoma e angústia – que desenha no sombreamento que cada um dos elos reflete sobre o outro. Parece que em suas pesquisas começa a ver que, assim como a cadeia borromeana precisa de três nós livres para se compor (real, simbólico e imaginário), da mesma forma podem se relacionar os elementos da tríade freudiana – não só porque também são três, mas por pertencerem a três registros diferentes, ao mesmo tempo se comunicando e se distinguindo também.

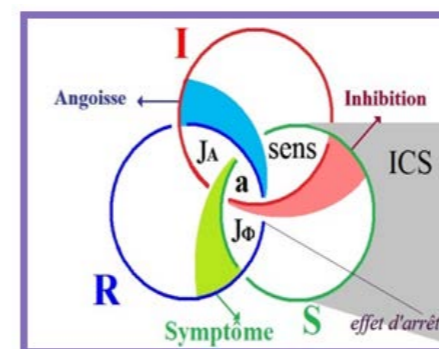


Fig. 5 (Lacan, 1975-76, p. 28)

Da mesma forma como o elo do imaginário se implanta como se ele fosse dois, avançando sobre o simbólico e ocasionando a inibição, a angústia parte do real e invade o campo imaginário do corpo, enquanto que o sintoma é o reflexo do simbólico sobre o real. Mas, e se estes não fossem apenas uma sombra, mas um outro aro a se juntar na cadeia?

Cerca de um ano antes, no *Seminário RSI* (lição de 17/01/75 e seguintes), Lacan (1974-75) já havia aventado a necessidade de um quarto elo para amarrar os três registros deixados à deriva por Freud. Este quarto termo seria a *realidade psíquica* – conceito freudiano que serve como

uma costura entre a coisa “interna” e “externa”, lembrando que Freud não conhecia o recurso da torção moebiana para fazer esta relação entre o dentro e o fora. Agora neste ponto em que me situo do seu ensino (seminário *O sinthoma*, lição de 16/12/1975) o quarto elo será enunciado como sintoma ou *sinthoma* – com a grafia antiga, para diferenciar do sintoma clínico. Este operaria com uma função – a de dar suporte à cadeia de três elos livres quando esta ameaçar se abrir.

Lacan, na referida lição, desenha esta cadeia que é borromeana a quatro nós:

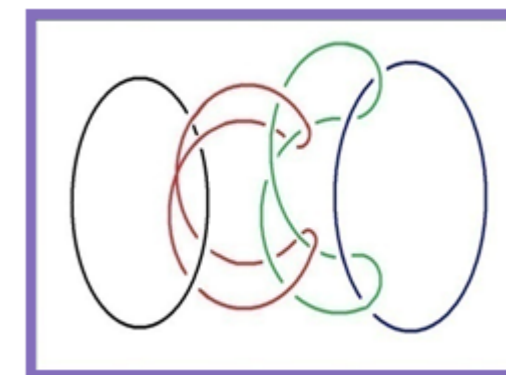


Fig. 6 (Lacan, 1975-76, p. 28)

Que pode ser representada também neste formato:

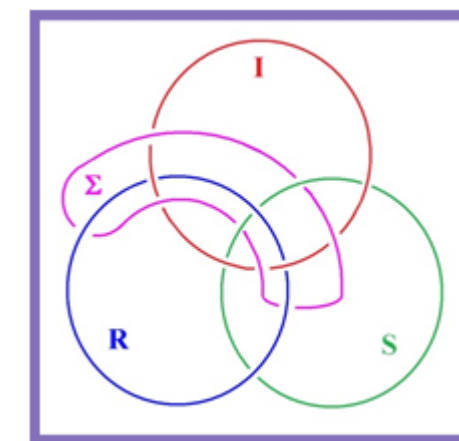


Fig. 7 (Lacan, 1975-76, p. 61)

Observa-se nesta lição uma confusão entre o sintoma clínico (*le symptôme* em francês) e o chamado sintoma estrutural (*le sinthome*, no original). Penso que isto ocorra não só por terem a mesma pronúncia, mas também por este ser um conceito ainda em formação à época.

O que é interessante nesta nova formulação, é que um quarto nó pode vir dar suporte à estrutura quando o significante do Nome-do-pai não consegue por qualquer motivo segurar

o nó, e, neste caso, o sujeito sucumbiria – a cadeia se desfazendo – ocasionando como efeito a morte simbólica ou real. Este quarto elo pode ser, como indica Lacan (1974-75) no *Seminário RSI* (lição de 13/05/1975) um “pai-de-nome” – as nomeações real, simbólica ou imaginária. Mas também pode ser um ofício, uma religião, a arte (como no caso estudado de Joyce), a própria formação delirante (nos psicóticos) e até a psicanálise ou o psicanalista podem vir a segurar esta cadeia periclitante.

Já aventado por Freud (1977), sem ser nomeado desta forma, no estudo do caso de Schreber – no qual identificava períodos de “cura”, quando o paciente se focava em seu trabalho, seguidos por recidivas, em que ele sucumbia aos delírios – o apoio do quarto nó recebe agora um nome: *Sinthome*. Um quarto elo que, no final de uma psicanálise deve poder continuar a manter a amarração – fazendo parte da estrutura, dispensando o psicanalista.

O quarto nó pode ser também visto como um recurso dialético para ajudar a abordar certos casos em que um acontecimento da realidade vem abalar a estrutura triplíce RSI. Ele nos auxilia a compreender certos fatos da clínica, inexplicáveis de outro modo, tais como uma

doença grave, o falecimento de uma pessoa querida ou um trauma (assaltos, acidentes, perdas). Como um sujeito se mantém quando o mundo parece acabar?

Para concluir, mas deixando muitas questões em aberto, a pergunta que não quer calar: o quarto nó é necessário ou contingente? Sempre se levando em conta que a cadeia borromeana de três aros é a escritura básica que dá suporte ao sujeito neurótico “normal”: esta é a estrutura ideal, mas nem sempre a possível. Lacan é claro quanto à necessidade de três elos para a inscrição da

**“Um quarto nó pode vir a dar suporte à estrutura quando o significante do Nome-do-pai não consegue por qualquer motivo segurar o nó, e, neste caso, o sujeito sucumbiria, ocasionando como efeito a morte simbólicaoureal.”**

linguagem onde irá habitar o sujeito. Matematicamente, três círculos é o número mínimo necessário e suficiente para se manterem ligados de forma a estarem livres e unidos ao mesmo tempo. Já o número quatro vem para inaugurar a série – infinita enumerável – de círculos que podem se juntar borromeamente à cadeia. No meu entendimento – mesmo tendo este recurso ao quarto nó como suporte – ele não é imprescindível para se compreender todos os casos. O nó a três já comporta a topologia essencial ao falasser: os três registros Real, Simbólico e Imaginário com os sítios da vida, da morte e do corpo, mais os lugares de interseção com os gozos, o objeto do desejo ao centro e ainda o sombreamento dos círculos com os efeitos de inibição, sintoma, angústia.

## Referências

1. Freud, Sigmund (1977). *Notas Psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (1911)*. Edição stantard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago Editora.
2. Lacan, Jacques (1956-57). *Séminaire 4: La relation d’objet*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S4/S4%20LA%20RELATION.pdf>
3. Lacan, Jacques (1961-62). *Séminaire 9: L’identification*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S9/S9%20L’IDENTIFICATION.pdf>
4. Lacan, Jacques (1967-68). *Séminaire 15: L’acte psychanalytique*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S15/S15%20L’ACTE.pdf>
5. Lacan, Jacques (1971-72). *Séminaire 19: ...Ou pire*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S19/S19...OU%20PIRE.pdf>
6. Lacan, Jacques (1972-73). *Séminaire 20: Encore*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S20/S20%20ENCORE.pdf>
7. Lacan, Jacques (1973-74). *Séminaire 21: Les non-dupes errent*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S21/S21%20NON-DUPES.pdf>
8. Lacan, Jacques (1974-1975). *Séminaire 22: R.S.I.* Disponível em: <http://staferla.free.fr/S22/S22%20R.S.I..pdf>
9. Lacan, Jacques (1975-76). *Séminaire 23: Le Sinthome*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S23/S23%20LE%20SINTHOMES.pdf>
10. Victora, Lígia Gomes (2019). *Sobre a teoria dos nós em Lacan*. In: *Correio da APPOA*: no 285. Disponível em: <http://www.appoa.com.br/correio/>

<sup>1</sup> Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre; A-M-A da Association lacanienne internationale (ALI). Responsável pelos seminários e oficinas de Topologia da APPOA. Autora do livro *Topologia e clínica psicanalítica*. E-mail: [ligia@victora.com.br](mailto:ligia@victora.com.br)

<sup>2</sup> Todas as referências aos Seminários de Jacques Lacan foram feitas a partir do site: <http://staferla.free.fr/>

<sup>3</sup> Ora, esta é uma diferenciação imaginária de Lacan. Matematicamente falando, todos são iguais, logo todos podem fazer buraco, dar consistência e ex-sistir.

<sup>4</sup> Ver artigo da autora em *Correio da APPOA*: *Sobre a teoria dos nós em Lacan* (no 285. Março de 2019). Site: <http://www.appoa.com.br/correio/>

<sup>5</sup> Lacan brinca com as palavras, faz um trocadilho com a homofonia entre travail (trabalho) e trouvaille (descoberta).





## Por Uma Razão

To a reason / À une raison

Zeila Facci Torezan<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo objetiva ler alguns elementos apresentados por Lacan no *Seminário XV – O ato psicanalítico*, com o intuito de articular lógica e poética no que concerne ao conceito de ato psicanalítico. Diferenciando-se da ação motora, o ato psicanalítico sempre comporta uma ponta significante, está atrelado à transferência, articulado ao fim de análise e à produção do analista. A intervenção do analista será sancionada como ato se for eficaz em habilitar a tarefa do analisante e se, com ela, algo de novo puder começar. Lacan apresenta como fórmula do ato o poema intitulado *Uma Razão*, de Arthur Rimbaud, pois, em seus versos lemos as características fundamentais do ato psicanalítico. Com a fórmula do ato identificada à poesia, Lacan constrói a estrutura lógica do ato psicanalítico através de um grafo originado no grupo de Klein. Dando continuidade à articulação entre lógica e poética, é possível desdobrar aspectos da lógica proposicional Aristotélica na referência lacanianiana ao poema *Vogais*, também de Rimbaud, bem como a queda da sustentação das universais aristotélicas e, portanto, da existência fundada na totalidade, com outros tipos de escrituras lógicas, como o diagrama de Pierce. Os efeitos de ruptura e inovação no pensamento e poesia de Rimbaud são o cerne da lógica do ato psicanalítico, fundamentos de uma razão como *ratio* (divisão), razão do saber construído na experiência de análise. Uma razão que se escreve como fórmula do ato psicanalítico e produz um estilo por encontrar seu fundamento na possibilidade do *desejo do analista* se tornar um novo e possível destino pulsional.

**Palavras-chave:** Ato psicanalítico. Lógica. Poética.

### Abstract

This paper aims to read some elements presented by Lacan in *Seminar XV - The psychoanalytic act*, with the intention of producing an articulation between logic and poetics in what concerns the concept of psychoanalytic act. Differentiating itself from motor action, the psychoanalytic act always has a significant point, is linked to the transfer, articulated to the end of analysis and to the production of the analyst. The intervention of the analyst will be sanctioned as an act if it is effective in enabling the analyst's task and if, with it, something new can begin. Lacan presents the poem entitled *To a Reason*, by Arthur Rimbaud, as a formula of the act, for in his verses we can read the fundamental characteristics of the psychoanalytic act. With the formula of the act linked to the poetry, Lacan builds the logical structure of the psychoanalytic act through a graph originated in the group of Klein. Continuing the articulation of logic and poetics, it is possible to unfold aspects of Aristotelian propositional logic in the Lacanian reference to the poem *Vowels*, also by Rimbaud, as well as the fall of the support of the Aristotelian universals and, therefore, of the existence founded on the totality, with other types of logical scripts, such as the Pierce diagram. The effects of rupture and innovation in Rimbaud's thought and poetry are at the core of the logic of the psychoanalytic act, foundations of reason as *ratio*, the reason of knowledge constructed in the experience of analysis. A reason that is written as a formula of the psychoanalytic act and produces a style by finding its foundation in the possibility of the *analyst's desire* become a new and possible drive destiny.

**Key-words:** Psychoanalytic act. Logic. Poetic

### Résumé

Cet article a pour but de lire certains éléments présentés par Lacan dans *Le séminaire XV - L'acte psychanalytique*, dans le but de articuler logique et poétique en ce qui concerne le concept d'acte psychanalytique. En se différenciant de l'action motrice, l'acte psychanalytique a toujours un point important, il est lié au transfert, articulé à la fin de l'analyse et à la production de l'analyste. L'intervention de l'analyste sera considérée comme un acte si elle permet effectivement à l'analyste de s'acquitter de sa tâche et si, avec elle, quelque chose de nouveau peut commencer. Lacan présente le poème intitulé *À une raison* d'Arthur Rimbaud comme la formule de l'acte, car dans ses vers on peut lire les caractéristiques fondamentales de l'acte psychanalytique. Avec la formule de l'acte identifiée à la poésie, Lacan construit la structure logique de l'acte psychanalytique grâce à un graphe issu du groupe de Klein. En poursuivant à la coordination entre logique et poétique, on peut déployer des aspects de aristotélicienne logique propositionnelle dans la référence lacanianne au poème *Voyelles*, aussi de Rimbaud, ainsi que la baisse du soutien de l'universel et donc de l'existence aristotélicienne fondée en la totalité, avec d'autres types d'écritures logiques, tels que le diagramme de Pierce. Les effets de rupture et d'innovation dans la pensée et la poésie de Rimbaud sont au cœur de la logique de l'acte psychanalytique, fondements de la raison en tant que *ratio*, la raison de la connaissance construite dans l'expérience de l'analyse. Une raison qui est écrite comme la formule de l'acte psychanalytique et produit un style en trouvant son fondement dans la possibilité du *désir de l'analyste* devenir un nouveau et possible destin pulsionnel.

**Mot-clés:** psychanalytique. La logique. Poétique.



O conceito de ato analítico é tratado no *Seminário XV – O ato psicanalítico* (Lacan, 2001) de forma articulada ao fim de análise e ao devir analista. Trata-se da construção de um conceito, ou melhor, da finalização do conceito de ato psicanalítico que começou a ser traçado no seminário anterior, *A Lógica do Fantasma* (Lacan, 2008). Diferenciando-se da ação motora e, como dito acima, articulado ao fim de análise e à produção do analista, esse conceito abre portas para os desdobramentos lacanianos sobre a formação e o estatuto do analista, inclusive, para a proposição do passe. Um analista pode advir do saber sobre o final de uma análise, trabalhar como analista é passar em ato a experiência do inconsciente de sua própria análise: saber *fazer ali* com. Portanto, na direção da cura o analista situa-se em ato e é a causa de uma operação lógica, que é a experiência da transferência e seu manejo, cujo fim culmina na destituição do lugar de Sujeito suposto Saber sustentado pelo operador desejo do analista. Então, o analista é causa de sua própria destituição. Ao longo do *Seminário XV – O ato psicanalítico* (Lacan, 2001) há ênfase no fato de só haver ato analítico na transferência e também há destaque para a dimensão significante do ato. O ato sempre comporta uma ponta significante, assim como o ato falho e o ato sintomático. No

**“É sobre a dimensão revolucionária e transgressora do ato, no sentido de inovadora, que Lacan está trabalhando quando evoca o poema de Rimbaud. É também da dimensão significante do ato que ele está tratando neste momento.”**

começo há um ato, o analista com seu ato institui a possibilidade do começo da cura. Nos desdobramentos da afirmação de que o ato é do analista e a tarefa é do analisante, encontramos as idéias de que o ato analítico instrumentaliza a tarefa ou habilita a marcha do analisante; que o ato só se confirma como tal a posteriori e que há ato analítico quando algo de novo pode começar. Assim, a intervenção do analista só será sancionada como ato se for eficaz em habilitar a tarefa do analisante e se, com ela, algo de novo puder começar.

Neste contexto, o poema de Arthur Rimbaud (1871), intitulado *Uma razão* (*À une raison*), é denominado de “a fórmula do ato” (Lacan, 2001, p.78). A fórmula do ato é, então, apresentada



em um poema, uma fórmula escrita em versos. Vejamos, então, o poema.

Uma razão

“Um toque de seus dedos no tambor detona todos os sons e inicia a nova harmonia.  
Um passo seu é o levante de novos homens e sua marcha.  
Sua cabeça se vira: o novo amor! Sua cabeça se volta, – o novo amor!  
“Mude nossa sorte, livre-se das calamidades, a começar pelo tempo”, cantam essas crianças. “Não importa onde, eleve a substância de nossas fortunas e desejos”, lhe imploram.  
O sempre chegando, indo a todo canto.” (Rimbaud, 1871)

Na sequência da apresentação dos versos, Lacan (2001), ao comentá-los e procurar fundamentar a denominação de fórmula do ato, vai também abordando os elementos que compõem a construção, iniciada no seminário anterior, de um grafo originada no grupo de Klein. Este grafo é apresentado logo em seguida e é desdobrado em todo o seminário.

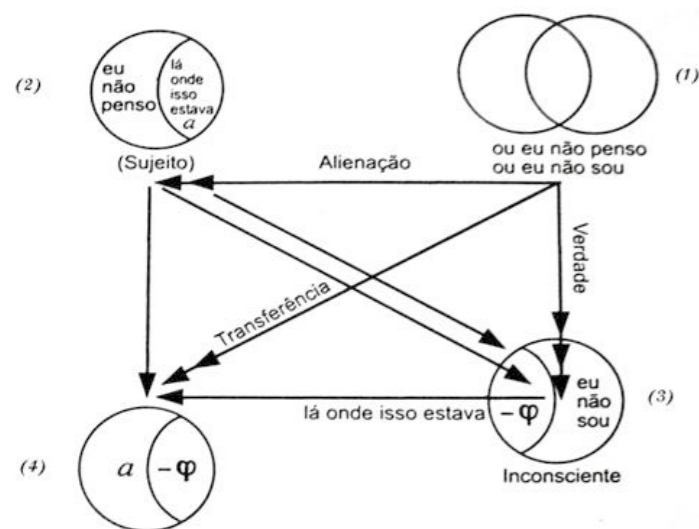


Fig.1. O Grafo do ato psicanalítico (Lacan, 2001, p.80)

Então, poema de Rimbaud como fórmula do ato que ao ser trabalhado desemboca no grafo fundamentado no grupo de Klein que foi utilizado para estabelecer a lógica do fantasma e agora aponta para a estrutura lógica do ato analítico. Consideramos haver em tal percurso uma explícita articulação entre lógica e poética no que concerne ao ato analítico. Essa articulação segue pelo seminário e também é encontrada na alusão a outro poema de Rimbaud (1871), intitulado *Vogais* (Lacan, 2001, p.192), e sua relação com a lógica proposicional de Aristóteles e os abalos nela introduzidos pela lógica dos quantificadores e do diagrama de Peirce. Vejam o poema *Vogais*

## “Fórmula em versos e estrutura na escritura lógica. Uma explícita articulação entre lógica e poética no que concerne ao ato analítico.”

(Rimbaud, 1871):

“A negro, E branco, I rubro, U verde, O azul, vogais,  
Ainda desvendarei seus mistérios latentes:  
A, velado voar de moscas reluzentes  
Que zumbem ao redor dos acres lodaçais;

E, nívea candidez de tendas areais,  
Lanças de gelo, reis brancos, flores trementes  
I, escarro carmim, rubis a rir nos dentes  
Da ira ou da ilusão em tristes bacanais;

U, curvas, vibrações verdes dos oceanos,  
Paz de verduras, paz dos pastos, paz dos anos  
Que as rugas vão urdindo entre brumas e escolhos;

O, supremo Clamor cheio de estranhos versos,  
Silêncio assombrados de anjos e universos;  
- Ó! Ômega, o sol violeta dos Seus olhos!”

Na sequência, observem o *Quadro de oposições de Aristóteles*:

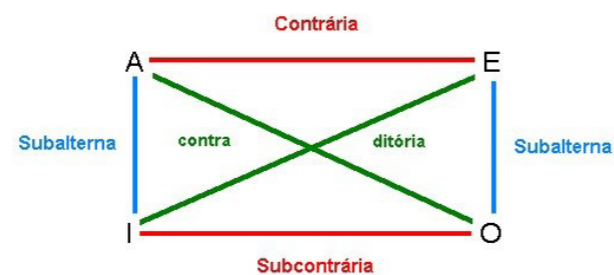


Fig.2. Quadro de oposições (Almeida Neto, 2007)

Em seu quadro de oposições, Aristóteles usa as vogais A e E para, respectivamente, as universais afirmativa e negativa que se sustentam por serem contrárias, ou seja, não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo (Todo homem é branco / Nenhum homem é branco). Para a sustentação desta lógica, também a lei da contradição deve ser mantida: universal afirmativa (A) e particular negativa (O) devem ser uma falsa e outra verdadeira e o mesmo vale para as contraditórias E (universal negativa) e I (particular afirmativa). O desdobramento

da lógica aristotélica é ontológico: o ser ganha consistência (algum homem é branco) na totalidade de um gênero (todo homem é branco). A existência do ser, sua onticidade, está fundamentada na totalidade do gênero, na universal.

A sustentação das universais e, portanto, da existência fundada na totalidade, cai por terra com outros tipos de escrituras lógicas. No diagrama de Peirce, por exemplo, trabalhado por Lacan (2001) neste e em outros seminários, os dois quadrantes superiores que escreveriam as universais afirmativa e negativa não são contrários (*todo traço é vertical* é válido tanto para o quadrante 1, onde só há traço vertical, como para o 4, onde não há nada e onde também é válida a universal negativa *nenhum traço é vertical*). Ainda podemos afirmar como válido para os quadrantes 1 e 4: *não há traço que não seja vertical* - a dupla negação produz afirmação, afirmação e negação não mais são contrárias. Vejam, as universais afirmativas e negativas podem ser ambas verdadeiras, pois têm em comum o quadrante 4, está derrubada a lei da contrariedade, embora ainda seja válida a lei da contradição. Observem o Diagrama de Peirce:

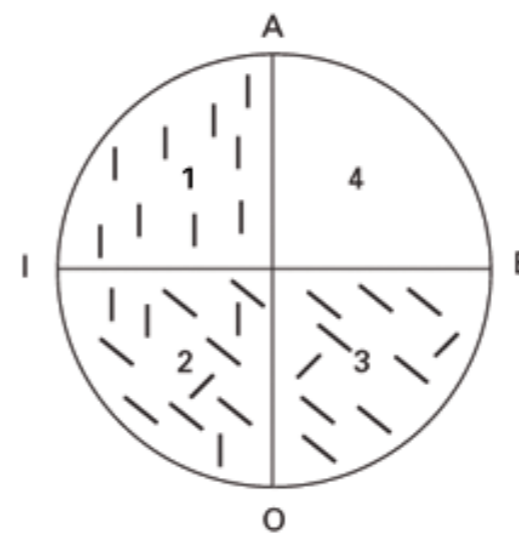


Fig.3. Diagrama de Peirce (Lacan, 2001, p.136)

Reafirmando as idéias acima apresentadas: derrubada a sustentação da contrariedade das universais, cai a existência fundada na totalidade, o que é para nós analistas de grande valia no que concerne ao ato e à própria concepção de sujeito. Eis a razão, ou uma delas, da articulação entre lógica e poética, não

apenas neste *Seminário XV* (Lacan, 2001) mas na proposta lacaniana e, conseqüentemente, na prática analítica aí sustentada.

Retomando a idéia de fórmula do ato atribuída ao poema *Uma Razão* de Rimbaud (1871), recorro ao significado da palavra “fórmula” no dicionário *Aurélio da lingua portuguesa*:

“Expressão de um preceito, regra código ou princípio. Modelo já estabelecido para requerer, declarar, executar, resolver alguma coisa com palavras precisas e determinadas. Indicação das proporções dos componentes e do método que se deve seguir no preparo de algo; receita. Método ou modo de proceder para alcançar determinado fim; procedimento. Expressão matemática mediante a qual se enuncia a relação entre diversas variáveis e constantes. Informação qualitativa e quantitativa sobre as substâncias que entram na composição de um remédio. Representação simbólica da molécula de uma substância” (Ferreira, 2010, p.972).

Seguindo as possibilidades de significação da palavra “fórmula”, podemos ter a expectativa de encontrarmos no poema citado um preceito, princípio ou modelo do ato, bem como um método para se alcançar o ato como fim. Também é possível esperar, da leitura desta poesia, uma relação entre variáveis e constantes relativas ao ato ou, ainda, a representação simbólica do ato.

Lacan não dá ponto sem nó. Deve haver uma razão (ou algumas) para ter escolhido *Uma razão* (Rimbaud, 1871) como a fórmula do ato. Um pequeno passeio pela biografia de Rimbaud (White, 2009), homem da segunda metade do século 19, morto aos 37 anos e que produziu toda sua obra dos quinze aos dezenove anos, nos dá pistas sobre as razões e a costura lacaniana. Genialidade, rebeldia, transgressão, subversão, revolução. São palavras apropriadas para a vida

**“Eis aí uma razão para a decisão, no final de uma análise, de ocupar o lugar do analista e conduzir muitas e muitas curas: o desejo do analista como novo encaminhamento pulsional, ou seja, um resultado possível de uma equação.”**

ea obra de Rimbaud. Com uma precocidade poética ímpar, é considerado precursor do surrealismo. Fugiu de casa muito jovem, foi anarquista, viveu uma paixão turbulenta com Paul Verlaine<sup>2</sup>, cultuando uma vida regada a álcool e haxixe para o desregramento dos sentidos como caminho da criação. Por volta dos vinte anos, cansou-se, desiludiu-se com a literatura, abandonou tudo e fez viagens pelo mundo, chegando a traficar armas para seu sustento.

É sobre a dimensão revolucionária e transgressora do ato, no sentido de inovadora, que Lacan (2001) está trabalhando quando evoca o poema de Rimbaud. É também da dimensão significativa do ato que ele está tratando neste momento. Imediatamente antes de citar a poesia, Lacan (2001) fala do cruzamento do rio Rubicão por César<sup>3</sup> como exemplo de ato. O ato em questão não é a ação de cruzar o pequeno rio, mas a sua significação: a transgressão de uma lei produzindo o novo, uma revolução que promove uma mudança política. Transgressão e subversão do pensamento cartesiano é algo explicitado no pensamento de Rimbaud, autor de célebres frases utilizadas por Lacan: “É errado dizer: eu penso. Deveríamos dizer: pensam-me” e ainda “Eu é um outro” (Bernardes, 2006). Assim, a razão à qual Rimbaud se refere não se aproxima do racionalismo cartesiano, ao contrário, subverte-a. Os efeitos de ruptura e subversão contemplados no pensamento e na poesia de Rimbaud são o cerne do ato analítico. Ou eu não penso ou eu não sou, ponto de partida da análise, põe em cena a ruptura (razão como *ratio*, divisão) necessária entre ser e pensamento para que uma análise aconteça. Pensam-me. Sou pensado pelo inconsciente. Este é o convite da regra da associação livre. Convite à destituição subjetiva que permeia toda a experiência analítica e chega ao seu ápice com aqueles que levam uma análise até o final como condição necessária para a passagem de analisante à analista: condição de *não-ser* (*de-esser*) onde um saber sobre a *não relação sexual* e a inconsistência do Outro podem se escrever e, conseqüentemente, a suposição de um saber ao Outro torna-se insustentável.

Finda esta experiência, temos o fundamento para que o desejo do analista possa operar como um novo destino pulsional: *fazer ali* com, passar em ato a experiência de sua análise através da presença capaz de suportar a transferência e seus necessários enganos. Presença advertida de sua função de tela para os objetos a que convenham

a cada uma das curas que conduza até o ponto que seja desnecessária e descartada como resto. Eis aí uma razão para a decisão, no final de uma análise, de ocupar o lugar do analista: o desejo do analista como novo encaminhamento pulsional, ou seja, um resultado possível de uma equação.

*Uma razão.* Não A razão, única ou da ordem do raciocínio, mas uma razão como *ratio* (divisão), razão do saber construído na experiência de análise. Uma razão que se escreve como fórmula do ato analítico e produz um estilo por encontrar seu fundamento na possibilidade do desejo do analista se tornar um novo e possível destino pulsional.

Ainda na direção inovadora e de ruptura, podemos ler na sonoridade da palavra razão em francês, *raison*, acompanhada pela primeira linha da poesia (“Um toque de seus dedos no tambor detona todos os sons e inicia a nova harmonia”) uma referência ao trabalho analítico, à escuta, à operação conveniente do analista para que o ato analítico possa se produzir. *Raison, rai-son, raio-som.* Um raio de som. A sonoridade ilumina. “Um toque de seus dedos no tambor. Detona todos os sons”. Associações, lembranças, construções. “E inicia a nova harmonia”. “Mude nossa sorte, livre-se das calamidades, a começar pelo tempo. Não importa onde, eleve a substância de nossas fortunas e desejo. O novo amor! E inicia a nova harmonia”. Operar de forma conveniente para possibilitar o ato analítico. Espero que o arrazoado aqui traçado possa produzir um efeito de toque de dedo no tambor e desencadear, não todos, mas, ao menos, alguns sons contemplados na fórmula do ato: razão (*rai-son*) de ruptura do ato analítico, razão (*rai-son*) inovadora do ato analítico, razão (*rai-son*) da articulação entre lógica e poética no ato analítico, razão (*rai-son*) de um destino pulsional, razão (*rai-son*) de um estilo. Com o desejo de que novas harmonias se iniciem.

<sup>1</sup> Psicanalista atuante em Londrina – Pr. Membro fundadora da Associação Livre – Psicanálise em Londrina. E-mail: zeiltorezan@gmail.com

<sup>2</sup> Paul Marie Verlaine (1844-1896) foi um poeta francês.

<sup>3</sup> Quando Júlio César atravessou o Rubicão, em 49 a.C., violou a lei e tornou inevitável o conflito armado. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio\\_Rubic%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Rubic%C3%A3o).

## Referências

1. Almeida, L.F.N. (2007). Disponível em: <http://fasciniodologica.blogspot.com/2007/09/quadro-de-oposies.html>
2. Bernardes, A. C. (2006). Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n1/v1n1a13.pdf>
3. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. (2010). Dicionário Aurélio da língua portuguesa – 5.ed. Curitiba: Positivo.
4. Lacan, J. (2001) O ato psicanalítico (1967-68). Porto Alegre: Escola de Estudos Freudianos.
5. Lacan, J. (2003). Discurso na Escola Freudiana de Paris (1967). In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.
6. Lacan, J. (2008) A Lógica do Fantasma (1966-67). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
7. Rimbaud, A. Iluminuras (1871). Livro de domínio público.
8. White. E. (2009). Rimbaud: a vida dupla de um rebelde. São Paulo: Companhia das Letras.





## Do que se trata no ato analítico?

What is it about in the Analytic Act? / De quoi s'agit-il dans l'acte analytique?

Edinei Hideki Suzuki<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho tem como proposta discutir e pensar o conceito de ato psicanalítico proposto no Seminário XV – O ato psicanalítico e o que Erik Porge definiu de “clínica do ato psicanalítico”. Para o propósito, aborda-se o grafo do ato analítico exposto no referido seminário e a teoria dos discursos de Lacan, sobretudo o discurso da histérica e do analista, para articular com um caso clínico. Nesse trabalho, considera-se que a direção do tratamento consiste em o analista operar uma mudança discursiva cujo trajeto tem origem no discurso da histérica indo em direção ao discurso do analista. No grafo do ato, essas duas posições discursivas estão sobrepostas, respectivamente, no canto superior esquerdo da escolha alienante do “não-penso” e no canto inferior direito do “não-sou”. Quando aquele que conduz uma análise cria as condições para que o analisante se desloque de um canto ao outro do grafo, reputa-se que houve a produção de um analista, a despeito de, doravante, ir ou não trabalhar com a psicanálise. O analisante, por meio da ação do analista, é levado até o ponto em que possa decidir-se pelo seu ato de tornar-se analista. Nessa esteira, tornar-se analista expressa um conjunto de efeitos que sobrevêm ao sujeito quando a invenção/produção do saber inconsciente (S2), no discurso da histérica, passa para o lugar da verdade no discurso do analista. Nem todo analisante que termina uma análise dispõe-se a receber pacientes em sua clínica, entretanto, aqueles que decidirem-se por tal tarefa só conseguirão conduzir uma análise até seu fim se tiverem percorrido esse caminho.

**Palavras-chave:** Grafo do ato. Discurso do analista. Discurso da histérica.

### Abstract

This article aims to discuss and think through the concept of the psychoanalytical act propounded in Seminar XV – The Psychoanalytical Act, and what Erik Porge defines as “The clinic of the psychoanalytical act”. To this end, both the graph expounded in that seminar, and Lacan’s theory of the discourses, especially the discourses of the hysteric and of the analyst, are examined, and related to a clinical case. In this article, it is proposed that the direction of treatment consists in the analyst operating a discursive change, the path of which begins in the discourse of the hysteric, and moves towards the discourse of the analyst. In the graph of the act, these two discursive positions are superimposed, respectively, in the upper left corner of the alienating choice of “I don’t think” and in the lower right corner of the “I’m not”. When the person conducting an analysis creates the conditions for the analysand to move from corner to corner of the graph, it is considered that there has been the production of an analyst, regardless of whether or not there is a latter decision to work with psychoanalysis. The analysand, through the action of the analyst, is brought to the point where he can decide, through his act, to become an analyst. In this way, becoming an analyst expresses a set of effects that come to the subject when the invention / production of unconscious knowledge (S2), in the speech of the hysteric, passes to the place of truth in the discourse of the analyst. Not every analysand who completes an analysis is willing to receive patients in his clinic. However, those who decide on such a task will only be able to conduct an analysis to its end if they have travelled this route.

**Key-words:** Graph of the act. Discourses of the analyst. Discourse of the hysterical.

### Résumé

Ce travail a pour objectif discuter et réfléchir sur le concept d’acte psychanalytique proposé dans le Séminaire XV - L’acte psychanalytique et sur ce que Erik Porge a défini comme “clinique d’acte psychanalytique”. À cette fin, on aborde le graphe de l’acte analytique présenté dans ce séminaire et la théorie du discours de Lacan, surtout le discours de l’hystérique et de l’analyste, pour articuler avec un cas clinique. Dans ce travail, on considère que la direction du traitement consiste pour l’analyste à opérer un changement discursif dont le trajet a l’origine dans le discours de l’hystérique allant vers le discours de l’analyste. Dans le graphe de l’acte, ces deux positions discursives se superposent, respectivement, dans le coin supérieur gauche du choix aliénant du « je ne pense pas » et dans le coin inférieur droit du « je ne suis pas ». Lorsque celui qui effectue une analyse crée les conditions pour que l’analysant se déplace d’un coin à l’autre du graphe, on répute que a eu la production d’un analyste, en dépit de, désormais, aller ou n’aller pas travailler avec la psychanalyse. L’analysant, par l’action de l’analyste, est amené au point où il peut décider pour son acte de devenir analyste. Dans ce sens, devenir analyste exprime un ensemble d’effets qui affectent le sujet lorsque l’invention / production de le savoir inconscient (S2), dans le discours de l’hystérique, passe à la place de la vérité dans le discours de l’analyste. Pas tous des analysant qu’ont terminé une analyse ne sont pas disposés à recevoir des patients dans leur clinique, toutefois, ceux qui décident de cette tâche ne pourront effectuer une analyse jusqu’à sa fin que s’ils ont emprunté cette voie.

**Mot-clés:** psychanalytique. La logique. Poétique.



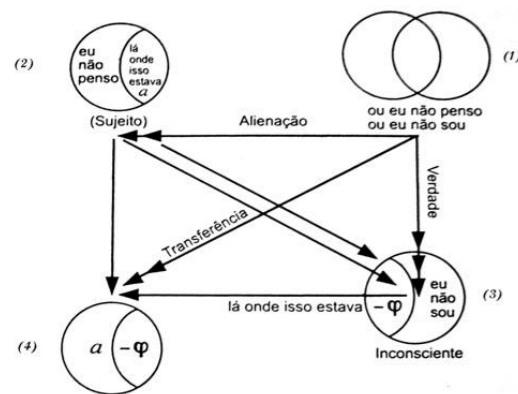
O presente artigo tem o objetivo de discutir e pensar o conceito inaugurado no Seminário XV: o ato psicanalítico (Lacan, 1967-1968). Para iniciarmos a discussão, apresenta-se a definição de “ato” contida em uma passagem do Seminário X: “Digamos, em duas formulações que podem apenas aproximar-se do que é um ato, que falamos de **ato** quando uma ação tem o caráter de uma manifestação significativa na qual se inscreve o que poderíamos chamar de estado do desejo” (Lacan, 2005, p. 345) (nosso grifo).

Essa citação nos mostra o efeito da intervenção do analista ao elevar uma ação, da ordem do pré-consciente/consciente, ao caráter de manifestação significativa, produzindo a divisão do sujeito (S). Se desde o Seminário X (Lacan, 2005) já existia a ideia de que o analista, a partir do seu ato, poderia produzir a divisão do sujeito pela lei do significativo, qual seria a novidade inaugurada pelo Seminário-XV, cujo título é “O Ato Psicanalítico” (Lacan, 1967-1968)? É evidente, portanto, que não se pode resumir o ato psicanalítico apenas à intervenção do analista, e que sua novidade talvez resida na formalização das variáveis que estão presentes, do lado do analista, que lhe dão condições para conduzir um tratamento analítico. Variáveis que se precipitam, sobretudo, da análise do analista.

**"O fim de uma análise não é de ordem psicológica ou emocional, mas de um fim lógico de reconhecimento e de mudança de posição frente ao real."**

Todo fim de análise produz um analista pela via do seu ato psicanalítico. Chegar nesse ponto, todavia, não garante que o sujeito estará imune a conflitos e sofrimento. Muito menos terá autoconhecimento e nem obterá de seu analista a técnica correta para conduzir um tratamento. O fim de uma análise não é de ordem psicológica ou emocional, mas de um fim lógico de reconhecimento e de mudança de posição frente ao real.

Lacan (1967-1968, p. 80), a partir do esquema seguinte, define o percurso do tratamento analítico.

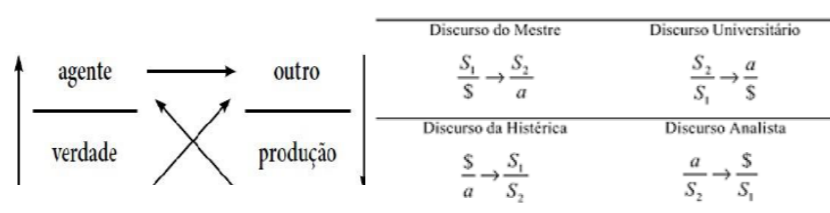


Porge (2013), acompanhando Lacan (1967-1968), sobrepõe na escolha alienante do “não-penso” (canto superior esquerdo) o discurso da histórica e na operação da verdade do “não-sou” (canto inferior direito) o discurso do analista. O percurso a ser seguido, portanto, é fazer a passagem da escolha alienante para a operação da verdade. Respectivamente, a passagem do discurso da histórica para o discurso do analista. Considerando a proposta de Porge (2013) a partir do grafo do ato, destaca-se que a passagem da posição analisante (discurso da histórica) para a posição analista (discurso do analista) depende, conjuntamente, da tarefa do analista e do ato por parte do analisante. Para tal feito, o analista deve sustentar uma posição de não-relação sexual na transferência, de modo a suscitar a dimensão do amor. Para Lacan (2008), o amor é o que vem em suplência ao impossível da não-relação sexual. Operar a partir desse impossível favorece a dimensão do amor transferencial bem como o amor ao sentido, o que institui a possibilidade interpretativa.

Segundo Porge (2013), somente assim é que se pode conceber uma relação discursiva. Lacan (2007) inventou quatro posições discursivas, mas aqui abordar-se-á apenas duas: o discurso da histórica e o do analista. Lembrando que na teoria dos discursos de Lacan (2007) 4 letras ocupam transitoriamente 4 lugares e que a rotação dessas letras

**"Para Lacan (2008), o amor é o que vem em suplência ao impossível da não-relação sexual. Operar a partir desse impossível favorece a dimensão do amor transferencial bem como o amor ao sentido, o que institui a possibilidade interpretativa."**

é que formarão cada um dos discursos, que são: discurso do mestre, da histórica, do universitário e do analista.



Podemos notar no discurso da histórica que o saber (S2) está no lugar da produção, e não da verdade. Seguindo as orientações das setas, o saber (S2) produzido não alcança o lugar da verdade (a). Ressalta-se que o lugar da verdade ordena os discursos e está recalcada. Quando o analisante faz a escolha alienante do “não-penso” no grafo do ato, torna-se agente do discurso da histórica. Nega, dessa maneira, a sua identidade com o objeto mais-de-gozar do Outro, bem como com o objeto a causa do desejo. Ao proceder assim, acredita que sua divisão (\$) poderá ser corrigida pelo analista que está no lugar de mestre (S1). Este, prestando-se inicialmente ao engodo, aproveita do poder a ele atribuído para fazer com que o analisante produza um saber (S2) por meio da associação livre. No entanto, existe pouca implicação com esse saber produzido, já que concerne a figura do analista. É muito comum, nesse momento do tratamento, que o analisante faça muitas associações, produza muita história e trabalhe bastante nas sessões, mas logo esbarra em um limite e percebe que nada, ou pouca coisa, mudou em sua vida a despeito de falar tanto.

É, pois, no momento em que um pedaço do real se desvela com a escuta e intervenção do analista que a verdade, antes recalcada no discurso da histórica, emerge e ocupa o lugar de agente. O objeto a sai de sua condição de “recalque” e o saber inconsciente (S2) produzido adquire valor de verdade. É nesse ponto que há o deslocamento da passagem da posição analisante para analista. O saber com valor de verdade denuncia ao próprio sujeito que ele é orientado por um gozo que foi escrito no momento em que o significante advindo do Outro lhe fez corpo. Gozo

que não tem nada a ver com o prazer, mas que se avizinha da ideia de um excesso de excitação que resulta em dor – o desprazer freudiano (Lacan, 2005).

Tysler (2014) define essa questão do gozo e do significante de maneira alegórica e muito esclarecedora. Ele diz que o significante, portanto a linguagem, bate e faz marcas nos corpos. Marcas que deixam cicatrizes no corpo do simbólico, do imaginário e do real, na medida em que se abre a possibilidade ao gozo bem como ao seu limite, definindo a maneira singular como cada sujeito irá organizar seu campo de gozo.

O enodamento borromeano permite o funcionamento simultâneo dos 3 registros lacanianos. É importante observar que essa estrutura advém somente se a função nome do pai estiver operando de maneira a orientar e limitar o gozo do Outro. Assim, o gozo poderá aparecer apenas no inter-dito dos nossos pacientes e, algumas vezes, em atuações, mas nunca de forma direta como vemos em alguns casos de psicóticos (Lacan, 2008). É justamente isso que o discurso do histórico (DH) nos mostra: que a verdade sobre o mais-de-gozar e do objeto a não aparece de forma escancarada (a  $\diamond$  S2), mas está entremeada no saber (S2) que é produzido, já que esse discurso é ordenado pelo “a” no lugar da verdade.

Discurso da Histórica

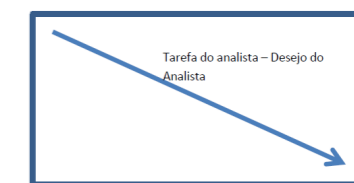
$$\frac{S}{a} \longrightarrow \frac{S_1}{S_2}$$

É o sintoma (\$) que denuncia esse real do gozo por meio do sofrimento e indica que algo escapa ao querer, as boas intenções e aos bons costumes. Real do gozo que condiciona a compulsão a repetição ou, numa linguagem freudiana, a neurose de destino que acaba com o suposto equilíbrio do princípio do prazer. O sujeito, quando está na posição analisante no grafo do ato (canto superior esquerdo), prefere, como dissemos, não-pensar. Nega-se a pensar nesse real que insiste em aparecer e lhe causar “dor” – aumento de tensão. Prefere acreditar, para dar conforto ao seu ego, que tais sabores da vida são frutos do mero acaso (Lacan, 1967-1968).

A função do analista é justamente ouvir o que está no inter-dito do analisante chamando

sua atenção para isso que se faz de cego e surdo e que tem a ver com a verdade de sua condição de mais-de-gozar do Outro; isto é, de sua posição de objeto de gozo, do qual goza, se satisfaz e adocece (Tysler, 2014). Quando o analisante aceita o convite feito pelo analista de ficar frente-a-frente com sua condição de mais-de-gozar, há o desvelamento desse objeto e se chega ao lado oposto do vértice do grafo do ato (Não-sou), onde está o discurso do analista (DA). Proponho esquematicamente a sobreposição da teoria dos discursos com o grafo do ato:

Discurso Histórico



Discurso do Analista

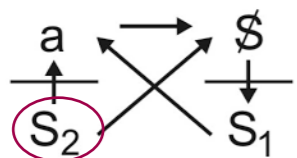
Nesse momento do tratamento, o objeto mais-de-gozar antes velado agora aparece. Com isso, revela-se a relação que o sintoma e a compulsão a repetição ao fracasso têm com essa condição de objeto de gozo que ocupou para o Outro materno. Sobre essa questão do gozo, desde Freud percebe-se que o sujeito tem um funcionamento que vai à direção oposta ao princípio do prazer. Assim, o sujeito repete pensamentos, comportamentos ou situações que lhe causam desprazer – estamos no campo do gozo, portanto.

Luis Izcovich (2008) nos lembra o funcionamento da neurose traumática para

**"A função do analista é justamente ouvir o que está no inter-dito do analisante chamando sua atenção para isso que se faz de cego e surdo e que tem a ver com a verdade de sua condição de mais-de-gozar do Outro; isto é, de sua posição de objeto de gozo, do qual goza, se satisfaz e adocece."**

ilustrar essa questão do sujeito atraído pelo gozo, pelo incremento de tensão. O trauma, que é um elemento que é da ordem do real ex-sistindo ao simbólico e imaginário (estes são da lógica do princípio do prazer), insiste em aparecer e repetir compulsivamente a revelia da vontade do sujeito. Mas, paradoxalmente, é justamente em seus sintomas e na imutabilidade repetitiva de seu sofrimento, que se pode encontrar nesse real do gozo uma oportunidade para construir um saber com valor de verdade (S2) sobre ele; tramá-lo nos fios do sentido do simbólico e imaginário.

### Discurso do analista



Compartilho um pequeno relato clínico que me fez pensar nessas questões teóricas apresentadas até aqui. Uma analisante que tem uma habilidade fora do comum para realizar seu trabalho manual, e que é altamente valorizado pela família, fracassa, pois fica impossibilitada de trabalhar em função de aparecimento de dores inexplicáveis no corpo. A partir do andamento do caso percebeu-se que esse sintoma repetitivo e causador de imenso sofrimento pudesse ser uma via em que ela, inconscientemente, se desvencilha de supostas injunções/imperativos de sua família, mas que paradoxalmente não consegue deixar de buscar esse lugar na profissão. Segundo ela, sua vida só faz sentido se puder trabalhar com isso que o sintoma a impede. Chega a pensar em suicídio caso não consiga recuperar-se. Há um paradoxo: o mesmo sintoma que busca fazer falha no Outro e sair dessa injunção aprisiona e causa intenso sofrimento.

A paciente ficou bem longe de poder se apropriar dessas questões, mesmo que falasse relativamente bastante em sessão. Ficou longe de alcançar a posição de analista no grafo do ato. Apesar da existência de um enigma sobre seu sintoma no corpo, que denuncia sua divisão entre o que sabe e o que é da ordem de sua verdade, não conseguiu implicar-se nesse gozo/satisfação que tem ao permanecer nesse paradoxo. Não pôde olhar para sua identificação ao mais-de-gozar de seu Outro, isto é, de sua busca pelo lugar do qual tenta fugir por meio do sintoma. Considerando que faz a escolha alienante do “não-penso” (canto superior esquerdo do grafo do ato) se positiva o “ser” o

objeto, encerrando-a no drama de insistir e fracassar profissionalmente, se mantendo em uma condição de total dependência financeira e emocional de seus pais. Antigo e permanente enredo que sempre lhe causou muitos problemas e conflitos. É a eternização dessa situação que o sintoma da dor em seu corpo lhe coloca e lhe aprisiona.

É notório que o sintoma (\$) é o que favorece a conjuntura de sair do “não-penso” para positivar um pensar. O que não acontece no caso citado. Mas se pudesse pensar, talvez alcançaria o “não-ser” um objeto de gozo (operação da verdade no canto inferior direito do grafo do ato). E identificando-se ao objeto causa de desejo, e não mais ao objeto mais-de-gozar, talvez fosse capaz de cessar a circularidade sintomática e repetitiva. Porque somente se esse real do gozo for transformado em sentido na trama do simbólico e imaginário é que seu destino poderia mudar, uma vez que nessa estrutura do discurso do analista (DA) o saber (S2) ganha valor de verdade.

Nessa posição discursiva, a verdade do sujeito se transforma em um saber inédito capaz de promover mudança em seu destino. Durante o percurso do tratamento, essa relação discursiva entre discurso histórico (analisante) e discurso do analista se alternam e isso dura até o momento em que o analista cai de sua posição de sujeito suposto saber (SsS). Somente nesse ponto específico, que é o fim de análise, que podemos pensar a produção do analista a partir do próprio ato analítico de identificar-se com o objeto causa de desejo. Nessa vertente, todo fim de análise produz um analista, mesmo que decida não trabalhar com a psicanálise. Mas para aqueles cujo propósito é conduzir um tratamento, chegar nesse ponto é condição para levar seus analisantes até o término.

Para que um analista consiga exercer sua tarefa, é essencial que passe pelo percurso de uma análise. Só assim para acreditar na força irreduzível do imprevisto e na impotência de Eu (imaginário) para antecipar e controlar seu destino. Valida-se e inscreve, pela própria experiência, o registro do real que será indispensável para articular intervenções durante seu ofício. A abstinência egóica, que permite ao analista se despir

de qualquer pré-julgamento e antecipação que anule o advir possível da surpresa, só é possível pela experiência da análise. Servir-se desses efeitos, claramente, não depende de um esforço cognitivo. Não se consegue a abstinência egóica de forma genuína se existir uma imposição mental para isso. Nesse caso, a função analista estaria alienada a um ideal de analista construído a partir de livros ou mesmo de sua própria análise

### Referências

1. Izcovich, L. (2008). L'être de jouissance. L'en-je lacanien, 2008/2 (n° 11), p. 35-46. Récupéré en 11 février, 2018, de <https://www.cairn.info/revue-l-en-je-lacanian-2008-2-page-35.htm>
2. Lacan, J. (2005). Seminário livro 10: a angústia. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1963-1964).
3. Lacan, J. (2007). Seminário livro 17: o avesso da psicanálise. (A. Roitman, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1969-1970).
4. Lacan, J. (2008). Seminário livro 20: mais, ainda. (M.D. Magno, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1972-1973).
5. Lacan, J. (1967-19968). O ato psicanalítico, seminário 1967-1968. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. (Obra original publicada em 1967-1968).
6. Porge, E. (2013). Clinique de l'acte psychanalytique. La clinique lacanienne 2013/1 (n° 23), p. 35-50. Récupéré en 31 octobre, 2018, de <https://www.cairn.info/revue-la-clinique-lacanianne-2013-1-page-35.htm>
7. Tysler, J. J. (2014). O fantasma na clínica psicanalítica. (L. P. Fonseca, trad.). Recife: Associação Lacaniana Internacional.





## Uma articulação entre percurso analítico e o objeto *a*

An articulation between the course of an analysis and the object *a*  
/ Una articulación entre el camino analítico y el objeto *a*

Ana Cláudia de Souza Raymundi Spigai<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem o intuito de considerar pontos importantes sobre o percurso de uma análise, especialmente sobre dois momentos cruciais, o início e o final de análise. Considera-se que no início da análise, o analista ocupa a função de semblante de *a* ao instituir o Sujeito Suposto Saber. O analisante, sob o artifício da transferência sustentada pelo Sujeito Suposto Saber, inicia sua análise em um processo que tem como finalidade uma redução do analisante entre, por um lado, objeto *a*, e por outro, o falo negativado ( $-\varphi$ ). Faço uso do grafo do ato analítico apresentado por Lacan para articular as operações de alienação e separação no processo de estruturação do sujeito com o percurso de análise, uma vez que a experiência analítica é atravessada por essas operações. Sigo para formalizar o que faz um analista em seu “saber fazer”, em seu ato com o analisante; e o que faz um analista, no sentido de como ele se institui a si mesmo. O ato analítico enquanto final da análise se dá em um ato onde há uma disjunção entre *a* e  $-\varphi$ , o que pode ser entendido como a travessia do fantasma e a passagem do analisante de objeto de desejo à objeto causa de desejo.

**Palavras-chave:** Ato analítico. Posição do analista. Final de análise.

### Abstract

This article aims to consider important points on the course of an analysis, especially on two crucial moments, the beginning and the end of the analysis. It is considered that at the beginning of the analysis, the analyst occupies the semblant function of object *a* when instituting the Subject Supposed to Know. The analyzer, under the artifice of the transference sustained by the Subject Supposed to know, begins his analysis in a process that has, as its purpose, a reduction of the analyzer between on the one hand object *a*, and on the other, the negative phallus ( $-\varphi$ ). I use the graph of the analytic act presented by Lacan to articulate the operations of alienation and separation in the process of structuring the subject with the course of analysis, since the analytical experience is transversed by these operations. I proceed to formalize what an analyst does, in its twofold sense: what an analyst does in his “know-how,” in his act with the analysand; and what does an analyst do in the sense of how he establishes himself. The analytic act as the end of the analysis takes place in an act where there is a disjunction between *a* and  $-\varphi$ , which can be understood as the crossing of the fantasy and the passage from the desire object analyzer to the desire cause object.

**Key-words:** Analytical Act. Analyst Position. End of analysis.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo considerar puntos importantes en la ruta de un análisis, especialmente en dos momentos cruciales, el comienzo y el final del análisis. Se considera que al comienzo del análisis, el analista ocupa la función semblante de *a* cuando instituye el Sujeto Supuesto Saber. El analizador, bajo el artificio de la transferencia sostenida por el Sujeto Supuesto Saber, comienza su análisis en un proceso que tiene, como propósito, una reducción del analizador entre, por un lado, el objeto *a*, y por el otro, el falo negativo ( $-\varphi$ ). Utilizo el gráfico del acto analítico presentado por Lacan para articular el proceso de alienación y separación en el proceso de estructuración del sujeto con el camino del análisis, ya que la experiencia analítica es atravesada por estas operaciones. Procedo a formalizar lo que hace un analista, en su doble sentido: lo que hace un analista en su “saber hacer”, en su acto con su analizand; y qué hace un analista en el sentido de cómo se establece. El acto analítico como el final del análisis tiene lugar en un acto donde hay una disyunción entre el objeto *a* y  $-\varphi$ , que puede entenderse como el cruce del fantasma y el paso del analizador de objeto de deseo al objeto de causa de deseo.

**Palabras-clave:** Ley analítica. Puesto de analista. Fin del análisis.



Este artigo tem como objetivo fazer considerações sobre o percurso de uma análise, levando em conta dois momentos cruciais: o início e o final de análise. Temos, no início da análise, o analista ocupando a função de semblante de objeto *a*, suportando a transferência a partir da instituição do Sujeito Suposto Saber<sup>2</sup>. Sob o artifício da transferência, o analisante inicia sua análise em um processo que tem, como finalidade, sua redução entre por um lado o objeto *a*, e por outro, o falo ( $-\varphi$ ). Lacan situa o objeto *a* como representante de uma falta estrutural, como o que deriva da estrutura de linguagem como a parte perdida de si e o falo ( $-\varphi$ ), indica que “se perfila uma relação com a reserva libidinal, ou seja, com esse algo que não se projeta, não se investe no nível da imagem especular, que é irreduzível a ela” (Lacan, 2005, p. 55). O final da análise se dá em um ato onde há uma disjunção entre *a* e  $-\varphi$ , o que pode ser entendido como a travessia do fantasma, o ato analítico e a passagem do analisante de objeto de desejo à objeto causa de desejo.

Para a psicanálise, desde a leitura lacaniana, a noção de sujeito está atrelada à inserção na linguagem, através de um processo denominado de alienação ao Outro. O Outro nada mais é do que o próprio campo linguageiro, podendo ser compreendido como o campo do simbólico, o tesouro ou o lugar dos significantes. Assim, os significantes, que são do campo do Outro, passam a formar

**“O sujeito se depara com uma falta, com um desamparo, com um esburacamento que determina que esteja para sempre condenado a viver sem algo que o complete. Depara-se com uma falta radical desde à origem da constituição do ser falante (falasser).”**

uma rede significativa para este sujeito que se torna determinado pela linguagem. Nesse processo de incorporação da linguagem, surge o Sujeito, mas há algo que escapa, que não é imaginarizado e nem simbolizável. O sujeito se depara com uma falta, com um desamparo, com um esburacamento que determina que esteja para sempre condenado a viver sem algo que o complete. Depara-se com uma falta radical desde à origem da constituição do ser falante (falasser).

A falta que marca a estrutura do objeto *a*, marca a causa do desejo do sujeito. Marca uma busca em tentar obturar essa falta, o que não é possível, a não ser ilusoriamente como

um suporte pela via do imaginário. O objeto *a* enquanto causa de desejo é o que pode produzir toda a realidade do ser.

“Se a constituição desse objeto é resultado de uma operação da linguagem que o exclui da cadeia significativa, a partir daí a própria linguagem tentará em vão capturá-lo. O que não é possível, pois a metonímia remete sempre o significativo a outro significativo, não ao objeto. Isso faz com que o sujeito tente dar corpo a esse objeto, supondo objetos que atenderiam ao desejo do Outro.” (Teixeira, Campo Psicanalítico, 2018)

Ao pensar no conceito de objeto também é importante destacar uma diferença no que Lacan situa como objeto de desejo e objeto causa de desejo. Há uma distinção entre o objeto construído a partir da relação especular (objeto comum ou objeto desejável) e objeto *a*. Lacan situa que o objeto *a* é causa de desejo. É a condição mediante a qual se sustenta seu desejo. É a partir do objeto *a* enquanto causa de desejo que o sujeito busca os objetos de desejo. Além desta noção de causa, Lacan situa que o objeto *a* não é qualquer objeto, mas se apresenta como específico para cada sujeito, que mantém com ele uma relação de conjunção e disjunção que constitui a fantasia ( $\$ \diamond a$ ). (Teixeira, 2019)

Uma vez que temos que o objeto *a* é representante de uma falta estrutural, sendo assim, intangível, sabe-se dele através dos objetos parciais. Vegas (2013) assinala que os objetos oral, anal, escópico e vocal são concernentes ao objeto *a*. No entanto, no que se refere ao objeto *a* enquanto causa de desejo, temos o fato de se destacar do sujeito, o que cai, o que resta da operação de corte do significativo. Tomando como exemplo o seio, a inscrição do seio enquanto objeto *a* se realiza a partir de uma queda, quando cai, quando se separa de ambos, sujeito e Outro.

Já no que se refere ao objeto de

desejo, pensamos no fato de que o sujeito “recorre a um dispositivo imaginário que procura para construir, para deter o desamparo que o acomete” (Souza, 2008). Assim o objeto *a* é causa de gozo, quando pode aparecer de forma positivada em suas representações imaginárias (Lacan, 2005).

Após apresentar estas importantes considerações acerca do estatuto do objeto *a*, passo, neste momento, a discorrer sobre o segundo eixo do meu trabalho, relativo ao percurso de uma análise. Para tal, considere pertinente apresentar uma breve introdução sobre as operações alienação e separação no processo de estruturação do sujeito. No processo de separação, quando o sujeito se depara com uma falta radical, com o fato de que está determinado a viver sem o que o complete, quando se depara com esta “falta percebida no Outro, o sujeito responde com sua própria falta, propondo seu desaparecimento” (Souza, 2008, p. 52). Assim então, ao se deparar com a falta no Outro, posto que o Outro é barrado, também está em falta, pode-se questionar: o que queres? (*Que voui?*) O que quer o Outro de mim? Depara-se com o desejo que, à princípio, é o desejo do Outro. Alienado aos significantes aos quais está determinado, sua única resposta possível é na implicação destes próprios significantes, que são do campo do Outro. Esta resposta, resposta do próprio sujeito ao desejo do Outro, Lacan conceitua como sendo o fantasma ( $\$ \diamond a$ ), o que dá suporte ao desejo do Outro. O fantasma seria então, uma forma de obturar a falta do Outro, de negar o  $S(A)$ .

A partir dessas questões, parto para uma articulação com o grafo do ato analítico, trabalhado por Lacan (2001) no seminário O Ato Analítico. Os processos de alienação e separação que, como já disse, são constituintes na estruturação do sujeito, também são conceitos articulados no processo da experiência analítica. No referido seminário, Lacan (2001), ao se afastar do cogito de Descartes (penso, logo sou), formulando sua dupla negativa, ou não penso, ou não sou, apresenta a estrutura

**“No processo de separação, quando o sujeito se depara com uma falta radical, com o fato de que está determinado a viver sem o que o complete, quando se depara com esta falta percebida no Outro, o sujeito responde com sua própria falta, propondo seu desaparecimento.”**

do ato analítico para formalizar o que faz um analista, em seu duplo sentido: o que faz uma análise em seu “saber fazer”, em seu ato com seu analisante; e o que faz um analista, no sentido de como ele se institui a si mesmo. Em seguida está o grafo apresentado na aula de 10 de janeiro de 1968, o qual utilizo para apoiar a sequência deste trabalho:

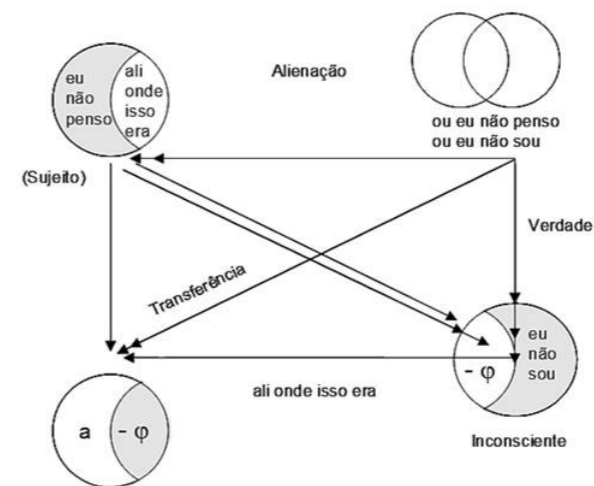


Figura 1 - Grafo do ato analítico (Lacan, o seminário: O ato analítico, 2001, p. 80)

Retomo a articulação que propus fazer entre o processo de inserção da linguagem e estruturação do sujeito com o grafo do ato analítico. Se, na operação da linguagem, entre  $S1$  e  $S2$ , são resultados o  $\$$  e o objeto *a*, como isso se articula no ato analítico? Lacan (2001, p. 72) diz que o objeto *a* “é o broto, a ponta, a primeira saída do  $\$$ ”. Sujeito este que é comandado pelo próprio objeto *a*.

A chegada à análise corresponde no grafo ao vértice direito acima. O Sujeito chega sem saber como funciona uma análise e cabe ao analista, apresentar o caminho. O grafo indica este momento de início com o sujeito situado no que apresenta no vértice: “ou não penso, ou não sou” e cabe ao analista apresentar a divisão do “penso, logo sou”. O ato tem por princípio determinar um começo, um novo. Fazer algo onde antes, não havia.

Para dar continuidade, vou abordar as operações descritas no grafo apresentado acima como alienação, que vai do vértice direito acima para o vértice esquerdo acima e verdade, que vai do vértice direito acima para o vértice direito abaixo.

Operação Alienação

O analisante entra em análise no momento que

o ato psicanalítico se dá, quando o analista institui o Sujeito Suposto Saber, suporte da transferência, conduzindo o analisante à associação livre. Neste momento, em um processo de alienação, Lacan (2001) faz referência ao “eu não penso”. Temos neste vértice localizado na parte superior esquerda do grafo; de um lado “eu não penso”, esse ser atravessado e determinado pelo significativo e do outro o que se perde como o resto da operação linguagem, representado pelo vazio, o que pode ser localizado no grafo pelo campo “ali onde isso era”. Neste vazio, um ser sem o eu, um falso ser, onde Lacan (2001) localiza o objeto *a* relacionando-se tanto a falta do sujeito como também a falta do Outro. (Torres, 2010) O analisante, determinado pelos significantes do Outro, traz seus saberes, suas verdades, seu sofrimento e demanda ao analista, colocado em análise como Outro, como Sujeito Suposto Saber, uma resposta sobre seu sofrimento.

A relação do sujeito com o objeto *a* é representada pela fórmula do fantasma ( $\$ \diamond a$ ), onde o símbolo punção ( $\diamond$ ) representa que o sujeito e o objeto *a* se relacionam de diversas formas, exceto a de igualdade. Assim o sujeito se relaciona com o objeto *a* de maneira evanescente ao se proteger da verdade da castração a ser encontrada na experiência analítica. Ora sujeito determinado pelos significantes, ora tomado como objeto por meio de suas identificações imaginárias. Assim, o sujeito, no fantasma, “vive paralisado entre o que “teria sido”, mas não foi e a promessa de que “um dia será”, (Vegas, 2013, p. 95) como em um engodo, na tentativa de escamotear a incompletude. O sujeito, então, ao estar fixado em seu fantasma, vive atrelado às mesmas situações que lhe trazem sofrimento, o que diz respeito ao conceito de repetição e sua forma de gozo.

Operação Verdade

Sobre a operação verdade, entre um significativo e outro, emerge o sujeito do Inconsciente, ao qual Lacan faz referência ao “eu não sou”. Esta operação é representada no grafo como operação da verdade, que em psicanálise sempre está ligada ao termo castração. Trata-se de que a tarefa analítica se direcione para o vértice direito inferior localizado no grafo, que está representado, de um lado, o Inconsciente como “não sou” e o vazio representado pelo falo negativado ( $-\phi$ ). O sujeito, ao reconhecer que “algo pensa em mim”, pode dar-se conta de

ser não todo, de que algo então lhe falta para que possa chegar a uma realização imaginária, de que haveria um órgão capaz de levá-lo ao gozo mítico, unificante da conjunção dos sexos. O inconsciente comporta a questão da sexualidade enquanto resposta à falta no Outro na tentativa de encontrar na relação sexual uma complementariedade, uma completude, negando assim a falta representada no vazio. Nota-se aqui, através dos significantes, como isso se manifesta nos pensamentos inconscientes, aparecendo como defesa, uma tentativa de negar a falta estrutural. “A tarefa da análise avança em descobrir que o falo, a falta do órgão também não é essa falta estrutural.” (Vegas, 2013, p. 112) Neste sentido, a análise tem o intuito de realizar o que pode ser inscrito sobre essa falta como objeto de perda, ou seja, que o sujeito possa se encontrar com o objeto perdido, no sentido de reconhecê-lo enquanto perda. Neste vértice do grafo então, se escreve a extração do  $-\phi$  ( $-\phi$ ), como lugar onde se inscreve a hiância própria do ato sexual, onde se reconhece que não há uma completude possível. Não há relação sexual, não há o que forme Um.

Assim, o ato analítico tem como objetivo ao instituir a associação livre, dar espaço para o inconsciente, apresentar a divisão do sujeito entre o ser e o pensar pelas operações alienação e verdade tendo como suporte o Sujeito Suposto Saber na manutenção da transferência. Na operação alienação, emerge o sujeito que em sua redução, tem como produto o objeto  $a$  e na operação verdade se formaliza o inconsciente e na sua redução, surge como produto a falta fálica ( $-\phi$ ).

Durante o percurso de análise, essas operações se repetem inúmeras vezes. Esse processo possibilita a construção do fantasma e visa o atravessamento do mesmo. O analista, em sua função de sustentar o engodo Sujeito Suposto

**“O analista, em sua função de sustentar o engodo Sujeito Suposto Saber, mantém na análise uma condição para que o sujeito possa se aproximar da verdade, a qual tenta esconder.”**

Saber, mantém na análise uma condição para que o sujeito possa se aproximar da verdade, a qual tenta esconder. “É apenas esgotando a demanda do sujeito endereçada ao Outro que se alcança a dimensão do desejo.” (Vegas, 2013) O ato analítico visa a desalienação ao Outro, pela inscrição da falta neste:  $S(A)$ . A verdade (de que há castração) deve aparecer ultrapassando a ilusão da existência do Outro enquanto ser. O analista se coloca como Outro num engodo para, a cada intervenção cair deste lugar.

“A consistência dada ao Outro garante um lugar para o sujeito, afinal, é na ordem dos significantes que ele pode aparecer. Porém, a verdade é a castração, que o Outro é faltante, e mesmo, que o Outro enquanto “ente”, não existe.” (Vegas, 2013, p. 99)

Segundo (Vegas, 2013, p. 100), o final de análise comporta “as interações do falo (objeto faltante) e do pequeno  $a$  (objeto perdido) que exercem função de causa do desejo, por serem solidários na fenda constitucional ao sujeito assumir o engodo de sua verdade.” Assim, encontra-se a questão do sexual no sujeito representado por duas faltas. Acredito estar aí uma questão crucial: Objeto  $a$  (objeto perdido) e  $-\phi$  (objeto faltante) são representantes da falta no sujeito e estão situados, no grafo apresentado por Lacan, como produto das operações alienação e verdade e transferência. Exclui o “eu não penso” e o “eu não sou” aparecendo apenas o que se ocultava na intersecção da conjunção dos dois conjuntos, onde antes aparecia o conjunto vazio. Saliento que o vazio não é o nada. É apenas a indicação de que ali não há elemento e que comportam o que se exclui do “ou não penso e o não sou”. No lugar em que o vazio dos dois conjuntos se encontravam, o objeto  $a$  e o  $-\phi$  aparecem como produto.

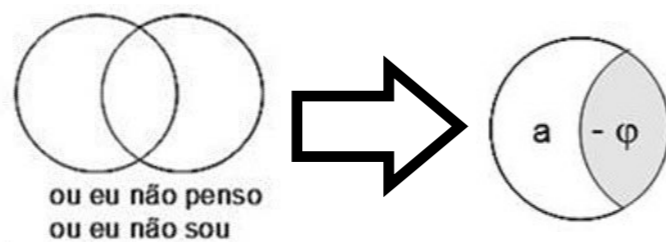


Figura 2: Recortes do Grafo do ato analítico (Lacan, o seminário: O ato analítico, 2001, p. 80)

Segundo (Vegas, 2013), o ato analítico enquanto final de análise faz operar esse impasse, a disjunção entre  $-\phi$  e objeto  $a$ . Entendo que há

uma diferença que se fundamenta nos termos falta e perda, e de que o ato analítico pretende elevar a perda ao estatuto de falta. “A verdade é que a falta (do alto à esquerda) é a perda (de baixo à direita) e que esta perda é causa de outra coisa. Nós a chamamos causa de si.” (Lacan, 2001, p. 84) Objeto  $a$  deixa de ser objeto perdido, com a ilusão de que algo possa vir a obturá-lo no intuito de encontrar uma completude e é reconhecido como estruturante, tornando-se, ao invés de objeto de desejo atrelado às identificações ao Outro, objeto causa de si. Ou seja, o encontro com a verdade, com o  $S(A)$ , permite ao analisante suportar ser resto, ou seja, objeto  $a$ . Objeto  $a$  como “eu não sou” no que se refere à estrutura, como causa da divisão do sujeito.

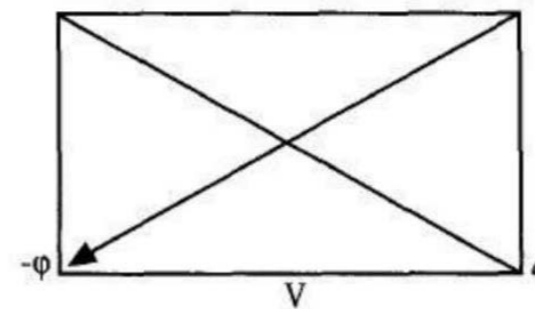


Figura 4: Saldo ao término do duplo movimento de uma análise (alienação e verdade), marcado pela flecha da transferência (Vegas, 2013, p. 154)

A análise deve ser dirigida no sentido de que a fórmula do fantasma seja atravessada em sua operação de repartição entre o  $\$$  e o  $a$ . Que objeto  $a$  que dava suporte ao Outro pelo fato de o sujeito não sabê-lo em falta, possa ser reconhecido nesta verdade, da falta, da castração, e não ocupar mais lugar de objeto do gozo do Outro.

“O fim da análise é, a saber, a desigualdade do sujeito a qualquer subjetivação possível de sua realidade sexual e a exigência de que, para que esta verdade apareça, o psicanalista já seja a representação disso que mascara, obtura, tampona essa verdade, e que se chama o objeto  $a$ .” (Lacan, 2001, p.135)

O ato analítico enquanto final de análise, possibilita o analisante ocupar o lugar de analista. “Começar a psicanalisar é algo que começa no fim de uma análise” (Lacan, 2001, p. 83) O fim da análise comporta uma realização da operação verdade, um percurso do sujeito onde a falta que se define como a essência do homem e que se chama o desejo, possa ser traduzida pelo que Lacan diz: “essa coisa não somente formulada, mas encarnada, que se chama a castração”. Nessa operação, o analista, que sustentava o Sujeito Suposto Saber, cai, em um movimento de des-ser. Cai do lugar de Outro por ter dado espaço ao significante da falta. Suporta ser o resto desta operação, objeto  $a$ . O analisante, torna-se analista ao recolocar em ato o lugar ocupado pelo Sujeito Suposto Saber. Torna-se esse sujeito

que se reconhece como não todo. E que também não é sem objeto, mas que possa ocupar o lugar de objeto causa de desejo na medida que se situa na relação de causa de sua divisão. No final de análise

“há um desvanescimento da consistência do Outro e a extração do objeto  $a$  nesse campo. Emerge daí um ser sem qualquer essência, uma espécie de “sujeito do ato”, diz-se uma “espécie” de sujeito, pois, ao final, espera-se uma destituição subjetiva: se tu não és, eu não sou, a não ser,  $a$ .” (Vegas, 2013, p. 107)

É neste ponto que pode suportar fazer-se de objeto  $a$  como analista, sustentando o Sujeito Suposto Saber por saber a verdade, já por ele atravessada em sua própria análise. Saber-se faltante é o que permite ao analista suportar as projeções de objeto  $a$  perante seu analisante e sustentar que, depois que tenha sido dado o ato inicial de entrada em uma análise, possa acreditar e manter a firme aposta no percurso de análise do analisante a quem conduz, para que este possa chegar a seu fim.

<sup>1</sup>Membro da Associação Livre Psicanálise em Londrina. E-mail: ana.raymundi@gmail.com.

<sup>2</sup>Sujeito Suposto Saber: termo utilizado por Lacan para designar o que, à partir da função do analista, dá suporte à transferência analítica. “A transferência instala-se em função do sujeito suposto saber...o analista se submete à regra do jogo, e que possa colocar a questão do saber...” (Lacan, 2001, p. 58)



## Referências

1. Lacan, J. (1992). O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar. Edição original: 1959/1960
2. Lacan, J. (2001). o seminário, livro: O ato analítico. Paris: Oikos. Edição original: 1967/1968  
Lacan, J. (2005). O seminário, livro 10: a angústia. Rio de Janeiro: Zahar. Edição original: 1962/1963
3. Rabinovich, D. (2005). A angústia e o desejo do Outro. (J. Nazar, Ed., & A. L. Lopes, Trad.) Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
4. Souza, A. (2008). Os discursos na psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
5. Teixeira, M. d. (21 de 09 de 2018). Campo Psicanalítico. Fonte: <http://www.campopsicanalitico.com.br>: <http://www.campopsicanalitico.com.br/media/1291/constru%C3%A7%C3%A3o-do-conceito-de-objeto-a-no-semin%C3%A1rio-10.pdf>
6. Teixeira, M. d. (30 de abril de 2019). Seminário de Introdução à Psicanálise (SIP) Comentário do Seminário 10, a Angústia, aula VIII - a causa do desejo.
7. Torres, R. S. (2010). Dimensões do ato em psicanálise. . São Paulo: Annablume.
8. Vegas, M. (2013). O que faz um psicanalista?: Uma leitura do seminário O Ato Psicanalítico de Lacan. Florianópolis.



## O mal estar na psiquiatria

The malaise in psychiatry / Le malaise en psychiatrie

Zuleica Barreto Campos<sup>1</sup>

### Resumo

Este ensaio se propõe a fazer uma reflexão a respeito da atuação da psiquiatria na atualidade, na forma de abordar o sofrimento psíquico. Para tanto traça um breve resumo da história da psiquiatria, desde a sua origem, passando pelas revoluções e a sua evolução para uma clínica cada vez mais pautada em manuais diagnósticos e na medicalização. Podemos entender esta transformação como uma certa redução do psicopatológico ao nosológico. Uma epistemologia que não leva em conta qualquer registro de subjetividade relacionado ao sintoma do sujeito. Desta maneira se torna uma abordagem pautada basicamente na identificação e eliminação de sintomas. Posição tão divergente da psicanálise, que se propõe a escutar o que a metáfora do sintoma fala.

**Palavras-chave:** Diagnósticos, Manuais, Sintoma.

### Abstract

This essay intends to make a reflection on the performance of psychiatry today, so as to approach psychological suffering. To this end, it gives a brief summary of the history of psychiatry, from its origin, through the revolutions and its evolution to a clinic increasingly guided by diagnostic manuals and medicalization. We can understand this transformation as a certain reduction from the psychopathological to the nosological. An epistemology that does not take into account any record of subject subjectivity-related symptom. Thus, it becomes an approach based basically on identifying and eliminating symptoms. This is such a divergent position from psychoanalysis, which proposes to listen to what the metaphor of the symptom speaks.

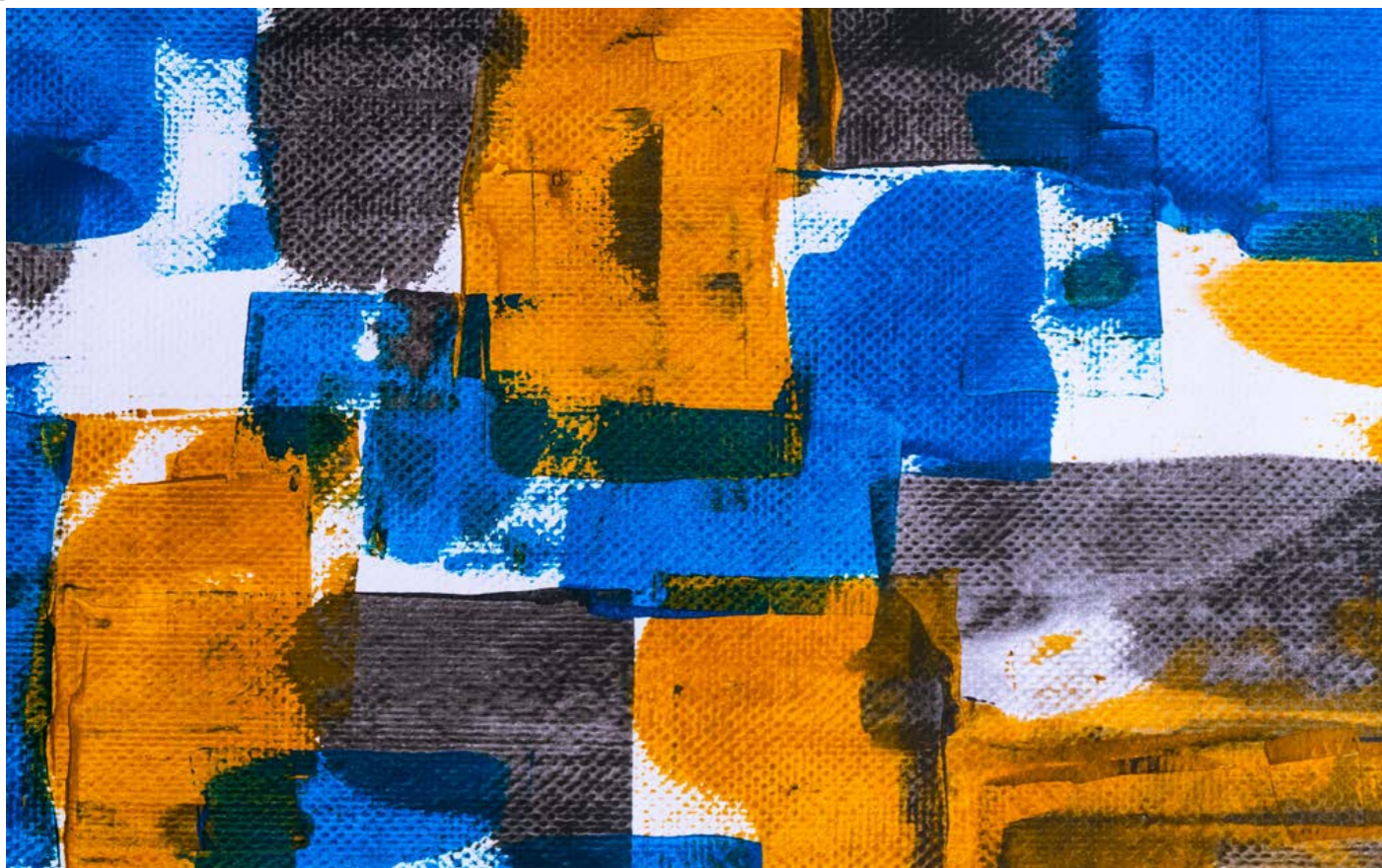
**Key-words:** Diagnostics, Manuals, Symptom.

### Résumé

Cet essai a pour objectif de faire une réflexion sur les performances de la psychiatrie aujourd'hui, dans la manière d'aborder la souffrance psychologique. À cette fin, il résume brièvement l'histoire de la psychiatrie, depuis son origine jusqu'à ses révolutions et son évolution, en une clinique de plus en plus guidée par des manuels de diagnostic et la médicalisation. Nous pouvons comprendre cette transformation comme une certaine réduction du psychopathologique au nosologique. Une épistémologie qui ne prend en compte aucune trace de symptôme du sujet lié à la subjectivité. De cette manière, cela devient une approche basée essentiellement sur l'identification et l'élimination des symptômes. Une position si divergente par rapport à la psychanalyse qu'elle propose d'écouter ce que dit la métaphore du symptôme.

**Mot-clés:** Diagnostics, Manuels, Symptôme.





“Se não tivesse o amor.  
Se não tivesse essa dor  
E se não tivesse o sofrer  
E se não tivesse o chorar  
Melhor era tudo se acaba...”  
Consolação, Baden Powell

O que busca um sujeito atualmente quando recorre a um consultório de um psiquiatra? Podemos supor que, falando de uma forma bem generalizada, ele vai falar de algum sofrimento psíquico, de algum desconforto, medo, angústia, dúvida, excesso ou deficiência. Vai falar a respeito do seu mal-estar. Mas e o que ele recebe nesta busca? Início esclarecendo que este trabalho não é, de forma alguma, um manifesto contra a psiquiatria ou à psicofarmacologia. A proposta deste

**“O mal-estar na civilização” (1930) é um marco fundamental para esta temática. Neste trabalho Freud afirma que a cultura tem a função de regular as relações dos homens entre si, mas para a sua instauração é necessário pagar o preço de fazer renúncias às satisfações pulsionais**

ensaio é refletir um pouco sobre a atuação da psiquiatria na atualidade, sobre a sua forma de escutar o sofrimento, de diagnosticar e de tratar. Obviamente que o interesse pelo tema do sofrimento psíquico não era inédito antes de Freud, porém ele certamente revolucionou a forma de entendê-lo e abordá-lo. “O mal-estar na civilização” (1930) é um marco fundamental para esta temática. Neste trabalho ele afirma que a cultura tem a função de regular as relações dos homens entre si, mas para a sua instauração é necessário pagar o preço de fazer renúncias às satisfações pulsionais. Assim, a insatisfação é colocada como uma condição prévia para a cultura. Imersos nesta cultura estamos nós, sujeitos conflitados.

O contexto sociocultural daquela época era bastante diverso do atual. As formas de cultura

atuais, principalmente as ocidentais, tendem a produzir sujeitos que se sentem fracassados, incompetentes, mais do que reprimidos ou proibidos, como naquela época. Mas de uma maneira ou de outra tendo que se a ver com seu mal-estar com seu sofrimento psíquico. O que quero destacar é o caráter radical do mal-estar, ligado ao desamparo estrutural fundante dos seres humanos. Desamparo que não pode nunca ser superado ou esgotado, mas nós, seres de linguagem, podemos falar sobre ele.

Quando falamos, estamos falando da falta, é o que podemos fazer a respeito dela e devido a ela. Porém, ainda assim, insistimos em perpetuar a fantasia de que existe alguém a quem não falte. Crença, ainda que mítica, da existência de poder ter acesso a um gozo pleno, total, perdido desde sempre por nós, seres castrados. E como podemos lidar com esta condição? O que a cultura, na sua função de mediação simbólica, pode nos oferecer? Ela é convocada a apresentar respostas ou soluções para o renitente mal-estar.

As tentativas de respostas, ou soluções, são imaginariamente infinitas, justamente por serem imaginárias, e pelo mesmo motivo infinitamente passíveis de fracasso. Não por incompetência, mas pela impossibilidade. A psiquiatria pode ser vista como uma expressão da cultura em resposta ao mal-estar? Acredito que sim. E como estamos falando de um terreno de impossibilidades podemos já presumir uma vasta gama de problemas e controvérsias.

Acredito ser necessário aqui fazer uma suscita e simplificada retomada da história da psiquiatria. Antes de ser estabelecida como uma especialidade médica, ela já existia como diversas tentativas de compreender e tratar o que hoje a psiquiatria chama de transtornos mentais; fosse por um caráter filosófico, moral, místico ou religioso. A loucura podia ser creditada à possessão demoníaca, fraqueza de caráter, castigo por pecados graves, dentre inúmeras aventadas explicações. Os indivíduos que apresentavam comportamentos socialmente inadequados, incômodos ou perigosos, precisavam ser afastados do convívio social; não exatamente para tratamento, mas para isolamento e/ou punição.

Os primeiros locais de reclusão datam já do primeiro milênio. Estes estabelecimentos de internação, que foram se multiplicando ao longo da história, eram verdadeiros cárceres que aprisionavam não apenas os loucos, mas também bandidos, criminosos, indivíduos portadores de

**O trabalho de Pinel é considerado de suma importância, não apenas pela sua obra reformadora dos hospícios, mas também por introduzir uma metodologia na observação dos fenômenos mentais e na tentativa de explicá-los. Ou seja, ele elaborou o primeiro sistema de classificação das doenças mentais em categorias**

doenças venéreas, mendigos, vagabundos, prostitutas, leprosos, em suma, aqueles que afrontavam e incomodavam a ordem da razão, da moral e dos costumes da sociedade. Alienados que ficavam presos e isolados, formando uma massa indiferenciada, em condições desumanas. A reclusão podia perdurar o resto da vida, pois não existiam possibilidades terapêuticas efetivas. Havia apenas tentativas, que iam de banhos, sangrias, purgações, até coma induzido por insulina ou convulsão induzida por cardiazol, para citar algumas. Michael Foucault (1926/2012, p.14), em seu clássico História da Loucura na Idade Clássica, afirma que: “a loucura e o louco tornam-se personagens maiores da ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens”.

As reformas políticas e sociais ocorridas na virada do século XVIII para o XIX iluminaram muitas trevas, o que propiciou o surgimento de críticos ao sistema asilar. Começaram a surgir denúncias contra os maus tratos, os abusos e à discriminação entre doentes e não doentes. Paulatinamente a loucura foi se tornando uma questão médica. Um expoente deste movimento foi o francês Philippe Pinel (1745-1826), diretor do manicômio de Bicêtre, nos arredores de

Paris. O trabalho de Pinel é considerado de suma importância, não apenas pela sua obra reformadora dos hospícios, mas também por introduzir uma metodologia na observação dos fenômenos mentais e na tentativa de explicá-los. Ou seja, ele elaborou o primeiro sistema de classificação das doenças mentais em categorias. Seus estudos e reformas constituíram o que é considerado a primeira revolução psiquiátrica. As ideias e conceitos introduzidos por Pinel, e seu discípulo Étienne Esquirol (1772-1840), abrem portas para o surgimento da Escola Francesa de Psiquiatria, liberando a psiquiatria das interpretações demonológicas.

Em paralelo, e um pouco posterior, surge a Escola Alemã de Psiquiatria, donde se destaca Wilhelm Griesinger (1817-1808), considerados por muitos o pai da psiquiatria biológica. Seu discípulo, Emil Kraepelin (1856-1926), também defensor de uma etiologia hereditária das patologias mentais, reordena a nosografia psiquiátrica em termos das três grandes entidades clínicas “loucura maníaco-depressiva”, “paranoia” e “demência precoce” (futuramente renomeada de “esquizofrenia” por Breuer). Assim começa a se delimitar a separação do campo da neurose e da psicose.

Sigmund Freud (1856-1939) é contemporâneo de Kraepelin. Freud iniciou seus estudos em neurologia, porém ficou bastante impressionado e inspirado pelo trabalho do fisiologista austríaco Josef Breuer (1842-1925) e do neurologista francês Jean Martin Charcot (1825-1893), principalmente pelo uso da hipnose e método catártico no tratamento de pacientes com quadros conversivos. Pré-história da psicanálise. Destaca-se aqui uma divergência bastante relevante na psiquiatria alemã. Enquanto Kraepelin, representante de uma psiquiatria biológica, dispendia muito tempo observando a história das enfermidades, Freud dispendia muito tempo observando e escutando a história dos enfermos. Assim ele vai propor a cura pela fala.

A partir daí a psicanálise avança proficuamente como é sabido, mas não é a proposta deste trabalho seguir este curso. A psiquiatria, porém, ainda era vista com descrédito pelas demais especialidades médicas, uma especialidade menor, sem a objetividade necessária para ser considerada ciência. Refiro-me a uma ciência positivista que procura leis universais e objetivas, que dicotomiza o normal de

patológico, razão de desrazão, saúde de doença. Assim, existia uma busca desesperada por explicações lógicas e tratamentos ditos científicos para os males da mente. Em 1935 o neurocientista português Egas Moniz ganha o Prêmio Nobel de Medicina pela invenção da lobotomia, considerada a primeira terapêutica eficiente para doentes mentais; o que dá à psiquiatria uma espécie de credencial para fazer parte das ciências médicas. Porém apenas em 1952, quando se descobriu os efeitos psicoativos do antipsicótico clorpromazina, que se inicia a segunda revolução psiquiátrica, também conhecida como revolução dos psicofármacos que obviamente continua em vigência, num curso cada vez mais produtivo e lucrativo.

A psiquiatria continuava obstinada na busca de estabelecer uma convenção diagnóstica que alcançasse amplitude internacional. Em 1946 a OMS (Organização Mundial de Saúde) lança o CID-6 (Código Internacional das Doenças), primeira versão desse manual de patologias a incluir os transtornos mentais. Paralelamente, a American Psychiatric Association (APA) lança a primeira versão do *Diagnostic and Statistical Manual: Mental Disorders (DSM-I)*, publicado em 1952. Ambos manuais continham, além do pragmatismo descritivo e classificatório kraepeliniano, influências dos conceitos psicanalíticos freudianos, em seus estudos sobre as neuroses, no processo etiológico e patogênico das doenças mentais. Ou seja, um

**Podemos afirmar que, se a psiquiatria clássica, na busca de etiologias para os fenômenos psíquicos, de maneira geral, deixava espaço para dimensão enigmática da subjetividade individual, a psiquiatria contemporânea se baseia em hipóteses de desregulações bioquímicas cerebrais que precisam ser reguladas por medicações**

diálogo, um intercâmbio entre os campos da psicanálise e da psiquiatria.

Cabe aqui uma digressão para citar um acontecimento bastante polêmico, que até parece uma anedota, ocorrido nos EUA na década de 1970, conhecido como “O experimento de Rosenhan”. David Rosenhan, professor de psicologia social da Universidade de Standfor, teve a ideia de enviar “pseudopacientes”, que simulavam sintomas de esquizofrenia, para consultas psiquiátricas. Todos os “falsos pacientes” foram diagnosticados e internados para tratamento. Os resultados foram publicados na revista *Science*, com o título: “On Being Sane in Insane Places ” (“Seja são em lugares insanos”), 1973. Claro que o experimento foi acusado pelos psiquiatras de não ser suficientemente científico, mesmo assim, teve um efeito desconcertante para a psiquiatria americana, pela crítica contundente e provocativa à maneira de se fazer diagnósticos psiquiátricos. O episódio ilustra bem o clima de descrédito em que se encontrava a psiquiatria nesta época. Um dos grandes críticos do trabalho De Rosenhan foi o psiquiatra Robert Spitzer, que resolveu revisar DSM vigente, confirmando que havia pouquíssimas provas científicas embasando os diagnósticos. Tal falta de objetividade nos diagnósticos impulsiona para uma reformulação, a terceira edição, lançada em 1980.

Houve neste momento uma grande virada, uma torção, numa espécie de retomada da visão kraepeliniana da psiquiatria, enfatizando a classificação segundo sua sintomatologia, numa tentativa de eliminar as influências da psicanálise existentes nas versões anteriores. A justificativa apresentada pelos editores era evitar incongruências e impasses no saber e na prática da psiquiatria. Esta transformação, balizando os diagnósticos pelo foco biológico e objetivo, torna-os mais bem enquadrados no discurso científico, o que eleva o status da psiquiatria dentro da classe médica. Podemos afirmar que, se a psiquiatria clássica, na busca de etiologias para os fenômenos psíquicos, de maneira geral, deixava espaço para dimensão enigmática da subjetividade individual, a psiquiatria contemporânea se baseia em hipóteses de desregulações bioquímicas cerebrais que precisam ser reguladas por medicações.

Clínica pautada na eliminação dos sintomas, que não comporta a historicidade e subjetividade dos indivíduos. A única história considerada, nesta forma normativa de fazer diagnóstico, é a investigação de antecedentes. Caso os

antecessores do paciente apresentem algum diagnóstico psiquiátrico, a gravidade aumenta exponencialmente e a sentença está sacramentada. Digo isto porque os diagnósticos psiquiátricos costumam ter o efeito e o peso de uma sentença. A situação fica mais preocupante quando lembramos que este diagnóstico, não raro, costuma ser emitido já numa primeira consulta, numa breve conversa. E como as sentenças raramente são revogadas ou anuladas, o diagnóstico pode se fixar, numa espécie de identidade imutável. Falando desta maneira podemos imaginar o paciente numa posição de réu, em estado de aflição, temendo pela pena. Porém, o que geralmente ocorre é o contrário, os pacientes referem sentir até um certo alívio. Talvez pelo conforto de descobrir que alguém acredita que ele padece, que não duvida do seu sofrimento, que tem um saber sobre a sua dor e, principalmente, pode eliminar este mal-estar.

Como nos lembra Roudinesco (2000, p.14):

“A era da individualidade substituiu a da subjetividade, dando a si mesmo a ilusão de uma liberdade irrestrita, de uma independência sem desejo e de uma historicidade sem história, o homem de hoje transformou-se no contrário de um sujeito. Longe de construir seu ser a partir da consciência das determinações inconscientes que o perpassam à sua revelia, longe de ser uma individualidade biológica, longe de pretender-se um sujeito livre, desvinculado de suas raízes e de sua coletividade, ele se toma por senhor de um destino cuja significação reduz a uma reivindicação normativa. Por isso, liga-se a redes, a grupos, a coletivos e a comunidades, sem conseguir afirmar sua verdadeira diferença”

Olhando por esta ótica podemos dizer que se há uma reivindicação normativa ela é prontamente atendida. O discurso da ciência encontra e promove na psiquiatria um cenário perfeito para uma possível alienação maciça, podendo assujeitar o paciente a um saber. É saber do DSM, falado através do médico, que fala do sintoma. Antítese do proposto pela psicanálise, que convoca o sujeito para ele mesmo falar do seu sintoma, falar em transferência, implicado, enigmatizado com o seu sintoma. O manual poupa este trabalho, ele desenigmatiza, nomeia sem

questionar a singularidade daquele adoecimento. Sofrimento classificado em signo, psicopatologizado, precisando ser eliminado, para que seu portador possa se adequar às normas dos padrões de comportamento dos “não transtornados”. Começa aí a saga dos psicotrópicos.

Repito para enfatizar o que já foi dito, este trabalho não é uma investida contra a psiquiatria ou às medicações. Ele é muito mais um convite para uma reflexão a respeito do risco de se fazer uma prática que pouco escuta, talvez por não suportar ter dúvidas, que não considera a subjetividade individual de cada paciente, em sua singularidade. Uma prática que diante de uma esposa que perdeu o marido há poucos meses determine quanto tempo é normal que ela sofra e a partir de que dia este sofrimento excede, passa a ser patológico e tenha então que ser medicado e suprimido. Sofrimento que tem um prazo de validade?

Aliás, este prazo se torna vertiginosamente menor a cada revisão do DSM. Se a primeira revolução da psiquiatria teve seu valor por abrir portas para a individualidade, não mais tratando os alienados como uma massa anônima, homogeneia, a ser contida, isolada e calada, podemos seguramente dizer que, por este ponto de vista, estamos vivendo um retrocesso. A atual metodologia de fazer diagnóstico acaba formando massas anônimas, de sujeitos não tomados como sujeitos, mas como corpos puramente biológicos, desregulados, a serem normatizadas por psicofármacos. E segue-se a saga humana de acreditar na existência de um objeto que possa erradicar todos os sofrimentos psíquicos. Eliminar o mal-estar.

Encerro com Roudinesco (2000, p.2), que resume o assunto de maneira quase poética:

“Longe de contestar a utilidade dessas substâncias e de desprezar o conforto que elas trazem, pretendi mostrar que elas não podem curar o homem de seus sofrimentos psíquicos, sejam estes normais ou patológicos. A morte, as paixões, a sexualidade, a loucura, o inconsciente e a relação com o outro moldam a subjetividade de cada um, e nenhuma ciência digna desse nome jamais conseguirá pôr termo a isso, felizmente”.

Felizmente é deixar o impossível em seu lugar.

**1**Psiquiatra e Psicanalista atuante em Londrina-Pr.  
Contato: zuleicacab.campos@gmail.com

## Referências

1. American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Third Edition (DSM-III)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 1980.
2. American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
3. Basaglia, F. (1985) **A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Graal.
4. Bauman, Z. (1998). **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
5. Dalgalarondo P. (1996) **Civilização e loucura: uma introdução à história da etnopsiquiatria**. São Paulo: Lemos.
6. Freud, S. (1996i). **O mal-estar na civilização**. In S. Freud. **Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud (vol. 21)**. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930).
7. Foucault, M. (1972). **História da Loucura: na Idade clássica; [tradução José Teixeira Coelho Neto]** São Paulo: Perspectiva. 9 ed.
8. Lacan, J. (1997). **O seminário, livro 7: A ética da psicanálise. (1959-1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
9. Lacan, J. (1988). **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
10. Roudinesco, E. (2000). **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar.
11. Rosenhan, D. (1973) ( David L. Rosenhan, “On Being Sane in Insane Places, “Science”, Vol. 179 (Jan. 1973), p.250-258.), Science.



# Nos sos Tem pos

## O PAI ATUAL E O REAL DO NOSSO TEMPO / EL PADRE ACTUAL Y LO REAL DE NUESTRO TIEMPO

Alba Flesler<sup>1</sup>

Faz tempo que me interesso em interrogar as transformações no horizonte atual partindo da perspectiva da psicanálise<sup>2</sup>. Fiz essa investigação com a intenção de avançar na inserção do discurso psicanalítico no social diante do real do nosso tempo, unindo nossas coordenadas às perspectivas que outras disciplinas propõem, sem perder a especificidade e as contribuições que o nosso campo pode acrescentar ao debate.

O real do nosso tempo se mostra com suas profundas variações no fluxo dos gozos, com ideais postos em liberdade, entendido como ausência de qualquer regra, como ultrapasse de todos os limites. O real do nosso tempo coloca qualquer limite, sempre desvalorizado, como obstáculo a saltar, encoraja a transgressão como promessa de alcançar uma satisfação plena, e propõe fazê-lo sem custo. Convida o sujeito a se submergir na tela onipresente de uma tecnologia que promete atravessar distâncias atingindo todos os espaços em tempo real. Propaga que crianças sabem desde o nascimento o que querem e o que são. Surge com advertências aos pais para que aceitem serem somente companheiros de seus filhos e se disponham a respeitá-los em suas chamadas livres escolhas e direitos, sem pretender mudar seu rumo, supostamente encaminhados por uma natural vitalidade. O real do nosso tempo, com sua decidida metamorfose da família, nos convida a colocar algumas reflexões sobre o pai atual e sua versão nos nossos dias.

Há alguns anos me ocupei de investigar as versões do pai nos textos freudianos (Flesler, 2007), marcados pelo discurso vitoriano do começo do século passado. Interessei-me em percorrer seus detalhes, movida não somente porque considero que o grande debate desse tempo coloca no centro da discussão o que é um pai e o que é uma mulher, mas também porque na minha prática com crianças e adolescentes venho investigando a influência do Outro real nos tempos de construção do sujeito.

Cada tempo histórico teve sua versão do pai e ela incidiu na organização dos gozos e nos sintomas que se podem ler.

Estamos longe daquela versão do pai da antiguidade egípcia, pai trifuncional, genitor, provedor e educador, orientado a realizar a *maat* para garantir a passagem da vida familiar à exogamia, longe também da unidade pai-filho que a Odisseia reflete quando Telêmaco exige um pai claramente designado para manter viva a linhagem, orgulho dos gregos de então. Passou-se o tempo do “pater Romanus” que tinha o poder de decidir sobre a vida e a morte, considerando se uma criança era “tollere filium”, acolhido como filho ou exposto como um rejeito, e também estamos livres da versão do pai dos excessos a que nos refere o Antigo Testamento.

Desde aquelas versões da antiguidade passamos, não faz tanto tempo, ao pai humilhado que bem retratou Claudel e que Lacan retomou para formalizar seus efeitos trágicos. Dedicamo-nos assim a ler nos textos freudianos as versões da impotência dos pais de Hans, de Dora e da Jovem homossexual, que de minha parte nomeei como pai teórico, pai desresponsabilizado e pai colérico (Flesler, 2007), para assinalar os efeitos que se produzem na constituição de um sujeito as falas da função paterna. Essa referência nos leva a propor algumas perguntas:

É necessário um pai para atravessar os tempos do sujeito?

Se sim, qual é sua influência na constituição da estrutura?

A polêmica está aberta. Nossa prática nos confronta com a eficácia de um real que merece nossas reflexões, pois as respostas que cada analista se dá incidirão na condução de sua clínica.

É possível que todos nos recordemos dessa expressão de Lacan (1973) em seu seminário “Les non dupes errent” ao dizer que “a criança está apta a aprender algo, para que o nó seja bem feito, porque não há nada mais fácil do que a falha.”

Recordo-a não somente porque revela um dado da experiência ao mencionar que a estrutura se faz com falhas, mas também porque no final da constituição da estrutura do sujeito convém diferenciar quando uma falha está ligada a um equívoco, e quando está ligada a um erro na amarração. Principalmente quando analisamos uma criança.

Se desacreditarmos que a amarração da estrutura e a constituição do sujeito podem encaminhar-se para uma força vital, a questão do pai deve entrar como coordenada para sua efetuação.

Com a lógica lacaniana já não há espaço para reduzir o lugar do pai ao imaginário edípico nem crer que a sua presença é temida pelo sujeito como ameaça de castração. Do mito à lógica, o pai será pai do nome e sua função operará se exercer a nomeação. Para isso basta recordar que essa nomeação não se reduz a uma pura articulação significativa, mas que encontra seu peso específico ao enlaçar o real do gozo.

Ao nomear filho a criança que teve com sua parceira, o pai, sua operação, enlaça os gozos em três vetores:

para o filho, indicando um limite para gozar no corpo do Outro primordial, para a mãe, fazendo-a não toda mãe, e para ele mesmo, fazendo-se devedor do nome.

Agora, se para a formalização do lugar do pai foi necessário passar do nome aos nomes é porque, para que o nó seja bem feito, para que cada um dos registros tenha sua abertura, sua consistência e sua existência, o pai é necessário. É necessário que a nomeação opere para cada um dos tempos do sujeito na redistribuição do gozo na infância. Pois a nomeação não só implica perda de gozo, mas também letra para se aproximar de um novo gozo.

Em nosso fazer cotidiano, nas consultas que recebemos, é possível ler as falhas na progressão dos tempos do sujeito, uma desorientação nos gozos do corpo como na constituição do fantasma e nas passagens da linguagem à palavra e seu ordenamento no discurso.

Que relação tem com a paternidade de nossos dias essa situação?

Qual versão do pai nos oferece o real de nosso tempo?

Constrangido a respeitar a

**“Agora, se para a formalização do lugar do pai foi necessário passar do nome aos nomes é porque, para que o nó seja bem feito, para que cada um dos registros tenha sua abertura, sua consistência e sua existência, o pai é necessário.”**

**“Quando o pai e sua função são igualados ao pai gozador, o sujeito carente de orientação do seu desejo, ficará preso a gozos regidos por demandas super heroicas e pela urgência automática da tentação pulsional.”**

criança, cuyos derechos a lei protege, a versão do pai atual é a do pai desautorizado. O discurso da época confunde a autoridade do pai com o autoritarismo que exercia na sociedade patriarcal. Toda autoridade é assim desautorizada e quem deve exercer sua função o faz amedrontado, teme estar cometendo excessos e se vê prisionero de um fantasma de autoritarismo que o impide de realizar sua função.

O discurso da época desvaloriza também a nomeação, reduzindo-a a uma etiqueta da qual é preciso livrar-se. Toda definição é rechaçada por ser considerada restritiva e se aposta na não definição, acreditando que a fluidez é equivalente à livre escolha e ilude a perda do gozo.

Nos EUA acaba de sancionar una lei que permite colocar um X no lugar onde se deve escrever o sexo de um recém-nascido. Considera-se um progresso a recusa da nomeação.

Prefiro pensar a nomeação em várias vertentes. Ela pode ser uma etiqueta que se coagula como sinal, mas una nomeação pode também provocar una sequência significativa e letra para orientar o gozo da criação.

Para criar é preciso que a falta não falte. O objeto do gozo, mesmo o de criação, não é problema a não ser quando funciona de tampão.

Quando o pai e sua função são igualados ao pai gozador, o sujeito carente de orientação do seu desejo, ficará preso a gozos regidos por demandas super heroicas e pela urgência automática da tentação pulsional.

Desde hace un tiempo me interesé en interrogar los avatares del horizonte actual desde la perspectiva del psicoanálisis<sup>2</sup>. Lo hice con el afán de avanzar en la inserción del discurso psicoanalítico en la polis ante lo real de nuestro tiempo, aunando nuestras coordenadas a las perspectivas que otras disciplinas proponen, sin perder la especificidad y los aportes que desde nuestro campo pueden contribuir al debate.

Lo real de nuestro tiempo se muestra con sus profundas variaciones en los flujos de los goces, con ideales puestos en la libertad, entendida como ausencia de toda regla, como traspaso de todos los límites. Lo real de nuestro tiempo coloca cualquier límite, siempre devaluado, como obstáculo a saltar, alienta la transgresión como promesa de alcanzar una satisfacción plena, y propone hacerlo sin pago ni peaje. Invita al sujeto a que se sumerja en la pantalla ubicua de una tecnología que le promete atravesar las distancias accediendo a todos los espacios en tiempo real. Proclama niños que saben desde que nacen lo que quieren y lo que son. Irrumpe con admoniciones a los padres para que acepten ser sólo compañeros de sus hijos y se dispongan a respetarlos en sus llamadas libres elecciones y derechos, sin pretender torcer su rumbo, supuestamente encaminados por una natural vitalidad. Lo real de nuestro tiempo, con su decidida metamorfosis de la familia, nos invita a colocar algunas reflexiones en torno al padre actual y su versión en nuestros días.

Hace años me ocupé de indagar las versiones del padre en los textos freudianos (Flesler, 2007), enmarcados en el discurso victoriano de principios de siglo pasado. Me interesé en recorrer sus aristas, movida no sólo porque considero que el gran debate de este tiempo coloca en el eje de la discusión qué es un padre y qué es una mujer, sino porque en mi práctica con niños y púberes vengo investigando la incidencia del Otro real en los tiempos de constitución del sujeto.

Cada tiempo histórico tuvo su versión del padre y ella incidió en el ordenamiento de los goces y en los síntomas que pueden leerse.

Lejos estamos de aquella versión del padre de la antigüedad egipcia, padre trifuncional, genitor, proveedor y educador, orientado a



realizar la *maat* para garantizar el pasaje de la vida familiar a la exogamia; lejos también de la unidad padre-hijo que la Odisea refleja cuando Telémaco reclama un padre claramente designado para mantener vivo el linaje, orgullo de los griegos de entonces. Ha pasado el tiempo respecto del ‘pater Romanus’ que tenía el poder de decidir sobre la vida y la muerte, considerando si un niño era ‘tollere filium’, acogido como hijo o expuesto como un desecho, y también estamos apartados de la versión del padre de los excesos que nos refiere el Antiguo testamento.

Desde aquellas versiones de la antigüedad hemos pasado, hace no tanto tiempo, al padre humillado que bien retrató Claudel y Lacan retomó para formalizar sus efectos trágicos. Nos dedicamos asimismo a leer en los textos freudianos las versiones de la impotencia de los padres de Juanito, de Dora y de la Joven homosexual, que a mi vez nombré como padre teórico, padre desresponsabilizado y padre colérico (Flesler, 2007), para señalar los efectos que produce en la constitución de un sujeto las fallas de la función paterna. Esta referencia nos lleva a plantearnos algunas preguntas:

¿Es necesario un padre para cursar los tiempos del sujeto?

De ser así ¿Cuál es su incidencia en la constitución de la estructura?

La polémica está abierta. Nuestra práctica nos confronta con las eficacias de un real que merece nuestras reflexiones, pues las respuestas que cada analista se dé incidirán en los análisis que conduzca.

Es posible que todos recordemos esa expresión de Lacan (1973) en su seminario ‘Les non dupes errent’ al decir que “el niño está hecho para aprender algo, es decir para que el nudo se haga bien, porque no hay nada

más fácil que lo que falla”

La recuerdo no sólo porque releva un dato de la experiencia al mencionar que la estructura se hace con fallas, sino porque a los fines de la constitución de la estructura del sujeto conviene diferenciar cuándo una falla está ligada a una equivocación, y cuándo a un error en el anudamiento. Más aún cuando analizamos a un niño.

Si descreemos que el anudamiento de la estructura y la constitución del sujeto puedan engendrarse por una fuerza vital, la cuestión del padre debe entrar como coordenada para su efectuación.

Con la lógica lacaniana ya no hay cabida para reducir el lugar del padre al imaginario edípico ni creer que su presencia es temida por el sujeto como amenaza de castración. Del mito a la lógica, el padre será el padre del nombre y su función operará si ejerce la nominación. Para eso basta recordar que esa nominación no se reduce a una pura articulación significativa sino que halla su peso específico al enlazar lo real del goce.

Al nombrar hijo al niño que ha tenido con su partenaire, el padre, su operación, enlaza los goces en tres vectores, para el hijo, indicando un límite para gozar en el cuerpo del Otro primordial; para la madre, haciéndola no toda madre; y

para él mismo, haciéndolo deudor del nombre. Ahora bien, si para la formalización del lugar del padre fue necesario pasar del nombre a los nombres es porque para que el nudo se haga bien, para que cada uno de los registros tenga su agujero, su consistencia y su existencia, el padre es necesario. Es necesario que la nominación opere para cada uno de los tiempos del sujeto para cada redistribución de goce en la infancia. Pues la nominación no solo implica pérdida de goce sino también letra para bordear un nuevo goce.

En nuestro quehacer cotidiano, en las consultas que recibimos, es posible leer las fallas en la progresión de los tiempos del sujeto, una desorientación en los goces del cuerpo como en la constitución del fantasma y en los pasajes del lenguaje a la palabra y su ordenamiento en discurso.

Este estado de situación ¿qué relación guarda con la paternidad en nuestros días? ¿Qué versión del padre nos ofrece lo real de nuestro tiempo?

Constreñido a respetar al niño, cuyos derechos la ley resguarda, la versión del padre actual es la del padre desautorizado. El discurso de la época confunde la autoridad del padre con el autoritarismo que ejercía en la sociedad patriarcal. Toda autoridad es así desautorizada y quienes deben ejercer su función lo hacen amedrentados, temen estar cometiendo excesos y caen presos de un fantasma de autoritarismo que les impide realizar su función.

El discurso de la época devalúa también la

nominación, reduciéndola a una etiqueta de la que es preciso liberarse. Toda definición es rechazada por considerarse restrictiva y se apuesta a la no definición, creyendo que la fluidez es equivalente a la libre elección y elude la pérdida de goce.

En EEUU acaba de sancionarse una ley que permite colocar una X en el lugar donde debe inscribirse el sexo de un recién nacido. Se considera un progreso el rechazo de la nominación.

Prefiero pensar la nominación en varias vertientes. Ella puede ser una etiqueta si se coagula como signo, pero una nominación puede también dar motor para la secuencia significativa y letra para orientar el goce de la creación.

Para crear es preciso que la falta no falte. El objeto de goce, aun el de creación, no es problema salvo cuando funciona de tapón.

Cuando el padre y su función quedan igualados al padre gozador, el sujeto carente de la orientación de su deseo, quedará preso de goces regidos por mandatos superyoicos y por el automático apremio de la tentación pulsional.

<sup>1</sup>Psicanalista, AME e AE - Escuela Freudiana de Buenos Aires / Escuela Freudiana de Buenos Aires.

<sup>2</sup>Versão escrita da conferência apresentada no VII Congresso Internacional de Convergencia "El Psicoanálisis inserto en la Polis: Fundamentos, prácticas, política", San Miguel de Tucumán, Tucumán, Argentina, 6 de Agosto de 2018 / Versión escrita de la ponencia presentada en el VII Congreso Internacional de Convergencia "El Psicoanálisis inserto en la Polis: Fundamentos, prácticas, política", San Miguel de Tucumán, Tucumán, Argentina, 6 de Agosto de 2018.

**Referências**

Flesler, Alba. (2007) *El Niño en Análisis y el Lugar de los Padres, Tres versiones de la impotencia del padre*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

Lacan, Jacques. (1973) *Les Non Dupes Errent*. Circulación Interna Escuela Freudiana de Buenos Aires. Zahar.



# Diálogos

## O Corpo e o Sintoma

No decorrer deste ano, o eixo temático da Associação Livre Psicanálise em Londrina foi "O corpo e o sintoma", e em 31 de maio de 2019 fomos abrilhantados com a presença do psicanalista Aurélio Souza<sup>1</sup>, que mais uma vez contribuiu de forma generosa e significativa ao avanço dos nossos trabalhos. Partindo da pergunta: "De que Corpo se trata na psicanálise?", Aurélio nos convida a conceber a noção de corpo atrelado ao Real, Simbólico e Imaginário, um corpo que, esburacado e recortado pela linguagem, precisa ser constituído pelo sujeito.

**Josani Campos da Silva, coordenação editorial**

**2019 – INTERVENÇÃO EM LONDRINA (31/05/2019)**

Quero fazer uma extensão desse título, que contempla nosso trabalho, nesse final de semana, para apresentá-lo como "O Corpo, do Corpo, do Corpo e o Sintoma". Tomei-o, assim, para seguir uma paráfrase de Lacan, que ao comentar sobre o texto de Wedekind, o "O Despertar da Primavera", considerou, na ocasião, que existem tantos Nomes-do-Pai, que eles só podem ser apreendidos, como "o Nome, do Nome, do Nome". Uma condição que guardava uma relação com as dimensões do Imaginário, do Real e do Simbólico. Mas "O corpo, do corpo, do corpo", de que CORPO se trata?

Antes de formalizar uma resposta para esta questão, gostaria de propor alguns elementos axiomáticos e, mesmo paradoxais, do ensino de Lacan, sobre esse elemento fundamental, da Psicanálise, considerando que sem ele, a Psicanálise não caminha.

Em geral, o CORPO tem sido concebido, nas Ciências, na Cultura e, mesmo, em outras áreas do conhecimento, como uma unidade natural e primária, implicado à noção do organismo, que está relacionado à anatomia, à fisiologia e, ainda, à genética. Um elemento que pode ser apreendido pela intuição, ou através de uma observação direta, como uma extensão no espaço.

Com a Psicanálise, no entanto, desde que o CORPO passou a ser concebido, como um elemento fundamental da prática analítica, modificações essenciais foram sendo instituídas. Assim, ele deixa de ser concebido como algo primário e relacionado à anatomia, para se tornar implicado à condição da linguagem e presentificado, na análise, através da escritura da cadeia borromeana, quando é submetido a uma herança simbólica, a uma imposição lógica e, sobretudo, topológica, em que o Sujeito terá que fazer sua parte, para constitui-lo, pagando um preço alto por isso.

Aqui, num primeiro momento, vou considerar essa noção do CORPO, em relação com o mundo animal, que vou chamar de "racional", pois os animais obedecem a um "saber instintivo", utilizando de diferentes condições que fazem parte de seu organismo, que nestes casos, torna-se identificado ao próprio Corpo, para se protegerem e buscarem na Natureza, os objetos de suas necessidades vitais e de sua procriação. Em relação à procura dos

alimentos, cada um vai por si e a Natureza, por todos; quanto aos acasalamentos, as diferentes espécies se procuram através de relações de mimetismo e das paradas sexuais, que determinam o que fazer com seu parceiro ou parceira, para dar lugar à evolução da espécie. Não se coloca, nestes casos, qualquer questão de natureza ética, ou mesmo de uma desproporção sexual, entre o macho e a fêmea de cada espécie.

Em contrapartida, quando se procura olhar para esta condição do CORPO, no Humano, e, sobretudo, no Sujeito, da Psicanálise, sob uma condição que Lacan chegou a nomeá-lo, de “corpo fechado” e que guarda uma coesão com o organismo, ele reafirmou que, diferente ao que acontece com animais, o corpo e o organismo não se superpõem, pois a linguagem, desde cedo, quando atua sobre eles, cobra seu preço, contaminando e adoecendo, cada um deles. Dessa maneira, não é excessivo se perguntar de que linguagem se trata, na Psicanálise?

Desde o início de seu ensino, que Lacan implicou a Psicanálise à linguagem, considerando a importância, de sua concepção estruturalista. Uma condição que obedece às leis, da metáfora e da metonímia, que se fundamenta no signo e se ocupa da teoria da comunicação. Apesar do valor que atribuiu, no primeiro período de seu ensino, ao estruturalismo, de uma maneira lenta e progressiva, foi se afastando dele. Assim, obedecendo a esta condição estruturalista, já tendo trabalhado com a topologia do significante, com os “objetos topológicos de superfície” (o Toro, a Fita de Moebius, a Garrafa de Klein e o Cross-Cap) e elaborado a noção dos Discursos, um fato essencial em torno desta questão da linguagem, ocorreu, em seu ensino, no início dos anos setenta. Numa das aulas, do seminário “O Saber do Psicanalista”, ao procurar fazer uma crítica à Laplanche, um psicanalista, coautor com Pontalis, de um Dicionário de Psicanálise, que havia sido publicado naquela época, ao tentar nomeá-lo, produziu um lapso e se referiu a “Lalande” (André Lalande), o autor de um dicionário clássico de Filosofia, que já havia sido publicado há algum tempo. Considerou seu

“ato falho”, como um elemento operativo para a Psicanálise<sup>1</sup> e, assim, jogando com uma homofonia, no francês, entre “Lalande”, “Laplanche” e “la langue” (“a língua”), ele inventou um significante, “Lalangue”, escrito numa só palavra, atribuindo-lhe o estatuto de estrutura, para a Psicanálise. Aqui, num misto de tradução e transliteração, vou passar a nomeá-lo de “Lalíngua”<sup>2</sup>, para evitar a ambiguidade que, no brasileiro, a tradução por “Alíngua” possa produzir.

O que fundamenta esse somatório de Lalíngua é que ele deixa ser uma “cadeia de significantes” e passa a ser concebido, como uma “rede”, formada por letras e significantes, que guardam relações de uma vizinhança topológica e, ainda, que se tornam enriquecidos pela polifonia. Assim, o analisante sob a função Sujeito, quando toma a palavra, na análise, estes elementos linguageiros podem ser invertidos em suas formas, como por exemplo, as letras - b, d,

p e q - podem substituir uma às outras e, além disso, elas podem também mudar de posição, trocando de lugares, nas palavras e nas frases, passando a construir diferentes combinações, para formar novas palavras e frases, a serem lidas de outras maneiras.

Assim, o Humano, ou melhor, seguindo à hipótese de um Sujeito primitivo, quando ele é incorporado e contaminado por Lalíngua, ele “perde” sua condição natural, seus instintos e algo de sua estrutura, sendo transmutado num “Ser-de-linguagem-e-de-sexo”, ou mesmo, num Sujeito dividido, que se transforma no próprio “objeto” da Psicanálise. Essa divisão irreversível do Sujeito, que de uma maneira descritiva, pode ser considerada entre a consciência e o inconsciente, de uma maneira mais rigorosa, pode-se afirmar que o Sujeito se divide, sendo representado por UM significante (S1), nomeado por Lacan de “Significante Mestre” e, mais tarde, de “enxame” (“l’essaim”), que o mantém numa posição excêntrica, em relação à essa própria estrutura que o constitui e onde ele passa a habitar, como seu universo.

**“O que fundamenta esse somatório de Lalíngua é que ele deixa ser uma “cadeia de significantes” e passa a ser concebido, como uma “rede”, formada por letras e significantes, que guardam relações de uma vizinhança topológica e, ainda, que se tornam enriquecidos pela polifonia”**

**“Assim, o Sujeito, na Psicanálise, um Ser-de-linguagem-e-de-sexo, não corresponde a uma pessoa, a um interlocutor, ele não tem sexo, não tem cor, não tem idade, não tem substância e, dessa maneira, fica reduzido a uma função, no próprio sentido matemático do termo”**

No final de seu ensino, essa condição linguageira passou a ser representada pela cadeia borromeana, que adquiria a condição de estrutura, para a Psicanálise. Assim, de uma maneira mais operativa, o Sujeito passa a ser representado por um significante (S1), que oscila entre duas vias: uma que se satisfaz no exercício da fala e que se realiza a partir de uma inter-relação do Simbólico com o Imaginário, embora com efeitos, também, do Real, onde busca sempre um sentido no que diz; quanto à outra via, ela se constitui através de uma escritura, que tem consistência do Real, embora com as dimensões do Imaginário e Simbólico, também presentes, que a vetoriza e que encaminha o Sujeito a se movimentar sob essa condição que vai do mal ao pior, marcado por repetições.

Quanto àquilo que se “perde”, no ato de constituição do Sujeito, adquire o estatuto de um objeto, que é denotado pela letra (a) minúscula e designado de “objeto pequeno (a)”. Por definição, o “objeto (a)” se realiza numa posição “fora cena”, das realidades plurais do Sujeito e, dessa maneira, não faz parte do campo das representações; como uma consequência disso, não se pode, sequer, falar dele; Lacan, lhe atribuiu uma dimensão do Real e, assim, o objeto (a) adquire o estatuto de “objeto causa do desejo” e, ainda, como um aperitivo de gozo. Mais adiante, no curso de seu ensino, jogando com uma homotopia, ele atribuiu ao Sujeito, uma condição equivalente àquela do objeto (a), passando a concebê-lo como “uma resposta do Real”. Assim, o Sujeito, na Psicanálise, um Ser-de-linguagem-e-de-sexo, não corresponde

a uma pessoa, a um interlocutor, ele não tem sexo, não tem cor, não tem idade, não tem substância e, dessa maneira, fica reduzido a uma função, no próprio sentido matemático do termo. Por uma condição lógica e de estrutura, o Sujeito mantém-se exilado do universo onde habita e passa a ter necessidade de um Corpo, para sustentá-lo.

Aqui, antes de fundamentar alguns elementos sobre esta noção do CORPO, vou considerar, ainda, duas condições importantes desenvolvidas por Lacan, no curso de seu ensino. Uma primeira, quando no final dos anos sessenta, ele elaborou a noção dos Discursos, como um dispositivo que apresenta uma mobilidade tipológica e topológica, de lugares e letras, obedecendo a uma “pequena etiqueta”, que indica ao analista e ao analisante, seus lugares e suas funções, determinando o que cada um tem que dizer e fazer, no curso de uma análise. Com esse dispositivo discursivo, a Psicanálise deixava de se constituir numa relação entre duas pessoas, ou mesmo entre dois Sujeitos, para se transformar num tipo de “laço social”, que liga o “lugar do Sujeito”, com o “lugar do objeto”, que adquire, também, uma função significante, mantendo um “protocolo”, que tende a produzir efeitos do Real, no curso de uma análise.

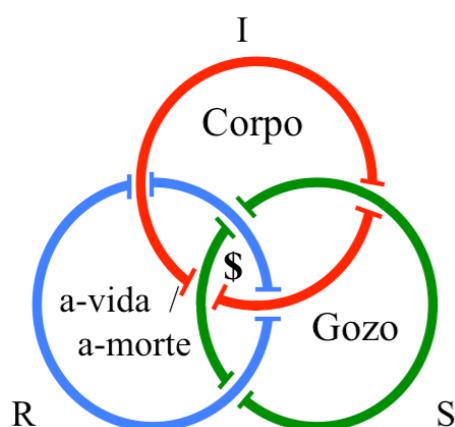
Quanto à segunda condição, ocorreu no início dos anos setenta, quando Lacan introduziu a topologia da cadeia borromeana, na Psicanálise. Trata-se de uma estrutura formada, no mínimo, por três anéis, que não se enodam dois a dois, onde cada um deles vem enlaçar os outros dois, sem penetrarem em qualquer um dos buracos. Essa estrutura borromeana é concebida, num “hiperespaço”, isto é, num “espaço com n dimensões”, passando por uma operação, em que lhe é retirado a espessura e ele passa a ser representado por três anéis, enlaçados de uma maneira especial, como vamos ver em seguida. Dessa maneira, para ser utilizada, na prática analítica, a cadeia borromeana é projetada, em nosso espaço comum, convencendo-se a presença de cruzamentos e arcos que passam por cima do que está por cima e por baixo do que está por baixo, dando-lhe o estatuto de uma escritura, com uma dimensão do Real, que vem dar suporte à própria prática da análise e que se torna responsável pelas vicissitudes do Sujeito, no curso de sua ex-sistência.

Cada um destes anéis deveria ser diferenciado



e assim, Lacan num ato de “nomeação”, passou a denotá-lo como Imaginário, Real e Simbólico, obedecendo a uma ordem, em que o Real é colocado sobre o Simbólico, tocando-o em dois pontos, e o Imaginário vem enlaça-los, passando por cima do que está por cima e por baixo do que esta por baixo, sem estabelecer qualquer hierarquia entre estas três dimensões. Mantém-se, assim, uma propriedade singular, nesta escritura, onde se qualquer um dos anéis vier a se separar, a cadeia borromeana se desfaz de uma maneira automática. Aqui, Lacan, já tendo enfatizado a importância do espaço, na estrutura borromeana, instituiu, também, a noção do Tempo. Com efeito, não se trata de uma dimensão linear do Tempo, no qual estamos acostumados a conviver, mas sob uma condição lógica, em que o Momento de Concluir interfere no Tempo para Compreender e determina o Instante de Ver; em seguida, ele atribuiu diversos fundamentos da Psicanálise, a essa estrutura borromeana, embora, hoje, não vá desenvolvê-los (Fig. 1).

Fig. 1



Outra condição essencial também elaborada por Lacan, foi considerar que o objeto (a), embora concebido como um “objeto sem substância”, ele adquire o estatuto da própria essência do Sujeito, “seu único Dasein”<sup>3</sup> e, assim, Lacan, ao equivaler a cadeia borromeana à condição de estrutura, ele estabeleceu uma homotopia entre o objeto (a) e o Sujeito, que passou a ocupar esse lugar, no “coração” da cadeia borromeana, um lugar que se chama gozo<sup>4</sup>. Algo que vem reafirmar uma posição já concebida, de que a partir dessa equivalência entre o Sujeito e o objeto (a), “a estrutura é o nó (e) o sujeito é o objeto”, como propôs, em certo momento de seu ensino<sup>5</sup>. Com efeito, o Sujeito deixa de ser concebido a partir da topologia do significante, ou mesmo, como uma produção do Discurso do Analista, para responder a uma hipótese que se configura numa expressão lógica, mas, sobretudo, topológica, passando a ocupar esse lugar, no centro da cadeia borromeana, desempenhando a função de um “artesão”, responsável por seus produtos.

Nessa condição, o Sujeito “se funda como um UM”, que tentará organizar esse buraco, no “coração” da cadeia borromeana, sob uma condição que vai deixá-lo sempre com uma impossibilidade topológica de encontrar uma resposta “adequada”, de sua inserção nessa estrutura e, mesmo, de que possa elaborar uma verdade sobre o que o afeta através de diferentes tipos de gozo, que compõem essa estrutura borromeana. Assim, ele tende a se realizar, sempre, de uma forma pontual e evanescente, instaurando uma descontinuidade topológica entre o significante UM, que o representa, e a própria cadeia borromeana, passando a ser concebido com o estatuto lógico de uma função, que se manifesta multiplicado em vários UNS, que vêm se mostrar, como essa resposta do Real.

Portanto, quando este Ser-de-linguagem-e-de-sexo é incorporado por esse somatório de Laíngua e vai estar implicado a uma condição discursiva que a Psicanálise contempla. Ainda que de um ponto de vista tradicional o Corpo que o sustenta seja concebido nessa dualidade “**corpo / mente**”, Lacan tratou de reformular essa noção do CORPO, propondo algumas ideias “rebeldes”, que o transforma em algo difícil de ser avaliado, até mesmo pelos anátomo-fisiologistas”, como ele comentou, numa das Conferências que fez nos Estados Unidos. Com efeito, se o significante “**mente**”, pode aludir ao mental, ao verbo mentir e ainda ao tempo, nos advérbios, o “**Corpo**” não fica por menos, aparecendo, muitas vezes, em oposição à alma, ou ainda, como um corpo inanimado, como um corpo morto, como um cadáver, um corpo vivo... entre outras significâncias. Se o **Corpo** já apareceu como “um santuário do Espírito Santo”, ou como uma oposição ao pensamento, estabelecido por Descartes, e mesmo como um “objeto” de estudos científicos, para esvaziar seus mistérios, na ordem Médica, para

a Psicanálise, ele se constitui como uma substância de Gozo, que dá sustentação ao Sujeito. Com efeito, desde que Freud inventou a Psicanálise, embora já tenha identificado uma incidência do inconsciente sobre o Corpo, ele a fundamentou a partir de um “anti-anatomismo” essencial. Lacan, mais tarde, considerou esse “anti-anatomismo”, como um efeito correspondente àquele que produz uma “negativação da carne”, uma expressão de Merleau-Ponty, que ele utilizou e, com isso, procurou desenvolver um limite, em que a letra escreve essa clivagem entre o Corpo e a noção do Gozo. Por isso mesmo, essa “noção do Corpo”, não é tão óbvia quanto parece, pois ele não se constitui como uma condição natural e primária, como pode parecer à intuição. Assim, para que o Sujeito possa afirmar que tem um Corpo, desde quando não nasce com ele, será necessário que realize um trabalho que possa construí-lo, como uma

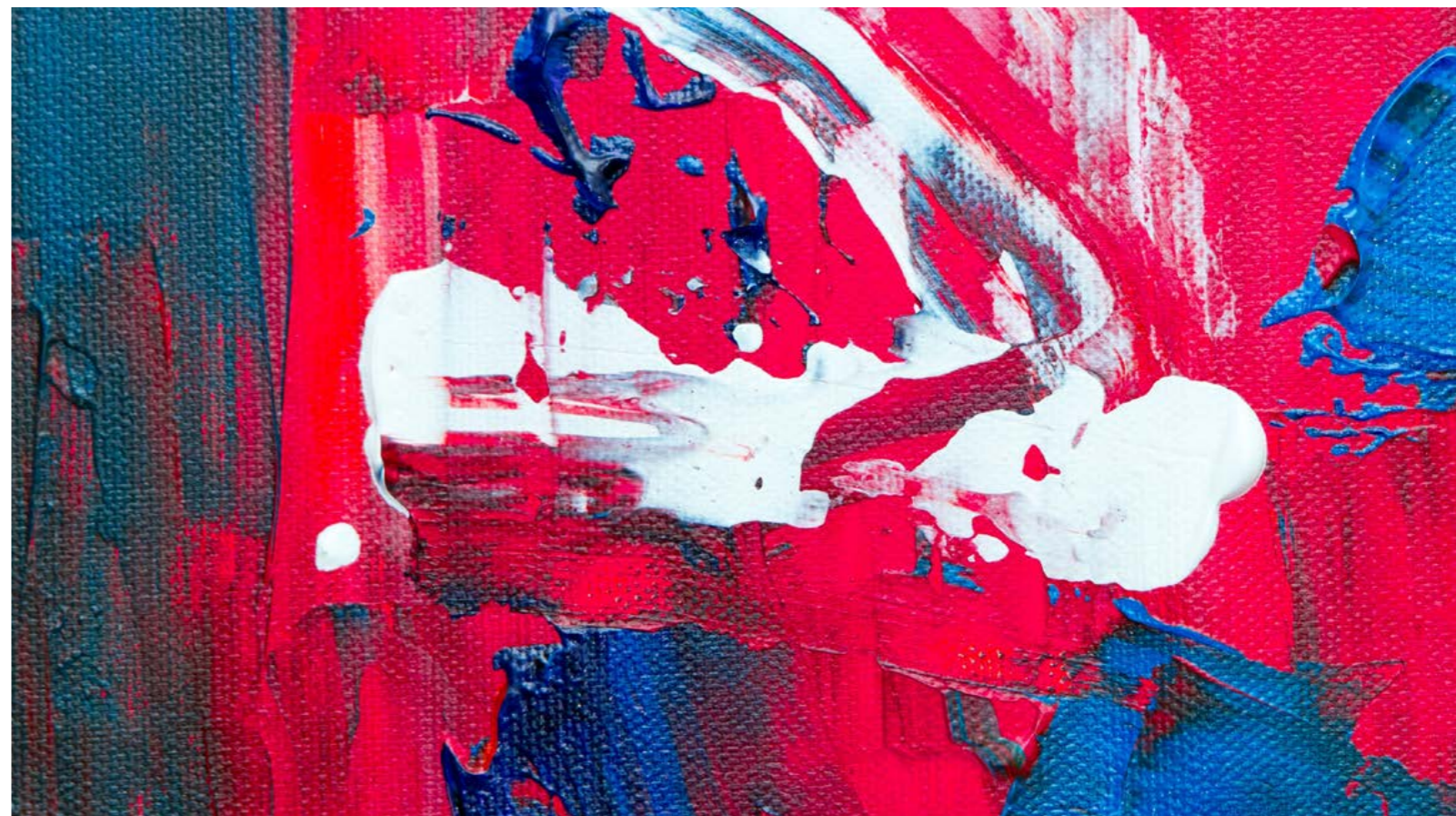
**“Por fim, o CORPO passa a ser concebido com o estatuto de uma substância de gozo, que vai se constituir num elemento operativo e fundamental, do discurso analítico, dando suporte ao Sujeito e, sobretudo, ele, ainda, se transforma em algo que resiste à dissolução”**

realidade.

Assim, no curso de seu ensino, quando passou a conceber o CORPO, como um elemento fundamental da Psicanálise, produziu modificações essenciais, na prática e na teoria psicanalítica, convocando-nos a interrogar, de que Corpo se trata na psicanálise? Para elaborar uma resposta para essa questão, vou seguir um itinerário que se encaminha em torno de alguns elementos axiomáticos e mesmo paradoxais, do ensino de Lacan.

Em geral, o CORPO tem sido

concebido, na Cultura e na Ciência, como uma unidade natural e primária, implicado à noção do organismo e mantendo-se relacionado à anatomia, à fisiologia e, mesmo, à genética. Trata-se de um elemento que pode ser apreendido pela intuição, ou através de uma observação direta, como uma extensão no espaço. Com a Psicanálise, no entanto, o CORPO passou a ser concebido, como um elemento fundamental da prática analítica, deixando de ser concebido como algo primário e relacionado à



anatomia, para se tornar implicado ao somatório de *Lalíngua* e presentificado, na análise, através da escritura da cadeia borromeana e, assim, submetido à heranças, a uma imposição lógica e, sobretudo, topológica, em que o Sujeito terá que fazer sua parte, para constituir-lo, pagando um preço alto por isso. Portanto, como um corolário, o **CORPO** passa a ser concebido a partir de um trabalho que o Sujeito terá que realizar, implicado nessa estrutura trinitária, da cadeia borromeana, onde se mostra, de início, como um **Corpo do Imaginário**, um **Corpo do Real** e um **Corpo do Simbólico**, que se mantêm enlaçados, de uma maneira solidária, num “espaço-tempo”, que se atualiza numa relação de “três”, que deverá fazer “MAIS-UM CORPO”. Uma hipótese que estou sugerindo, para formalizar essa noção do CORPO, na Psicanálise.

Dito de outra maneira, isso rompe com a noção do mito esférico, onde o **Corpo** foi sempre concebido e, embora, suas aparências e formas tenham importância, o que se torna essencial é que o **Corpo** adquire uma consistência, que se realiza em consequência desse somatório de *Lalíngua*, onde aparece como uma substância de gozo, recolhendo efeitos diversificados, do Imaginário, do Simbólico e do Real, que afeta o Sujeito, de uma maneira permanente. Ainda, trata-se de uma **noção do Corpo** que responde a efeitos do inconsciente, sobretudo, sobre a forma do Sintoma, que é o outro elemento de nosso trabalho, nessa ocasião. Por fim, o CORPO passa a ser concebido com o estatuto de uma substância de gozo, que vai se constituir num elemento operativo e fundamental, do discurso analítico, dando suporte ao Sujeito e, sobretudo, ele, ainda, se transforma em algo que resiste à dissolução.

Com a importância que o **Corpo** adquiriu, para a Psicanálise, e a partir da escritura da cadeia borromeana, embora ele apareça inscrito no **Imaginário**, como vimos acima, na escritura da cadeia borromeana, a partir desta condição topológica que guarda uma isotopia

entre estas três dimensões, ele não deve ser priorizado, em relação aos outros dois, o **Corpo no Simbólico** e o **Corpo no Real**.

### UM CORPO DO IMAGINÁRIO

Mesmo que esteja considerando desde o início dessa condição inaugural, de uma operação de “incorporação”, para dar conta do Sujeito, a partir do que pode ser avaliado através da cadeia borromeana, com efeitos contínuos do Imaginário, do Real e do Simbólico, vou levar em conta, aqui, em primeiro lugar, essa prioridade que Lacan deu, no início de seu ensino, à “imagem”, em relação ao “Corpo”. Na ocasião, fazendo uma leitura de um dos textos de Freud, sobre o “crime das irmãs Papin” (1933), ele tratou da motivação do “crime paranoico”, para desenvolver elementos sobre o narcisismo e, ainda, com uma referência inicial sobre o Corpo, de um “corpo em pedaços”, para dar uma prevalência ao Imaginário.

Dessa maneira, logo cedo, o infans é colocado na presença de seus semelhantes, experimentando uma discordância entre seu corpo incompleto, fragmentado e, ainda, não constituído, em oposição às imagens dos “pequenos outros”, que o fascina e pode, mesmo, capturá-lo. Essa condição inaugural se presentifica para o Sujeito, que vou designá-lo, aqui, de um “Sujeito de fraldas”, ele se torna sustentado, a princípio, por um “corpo fragmentado” e, aos poucos, vai fazer parte da construção de uma Imago, que se nomeia de “Imago do corpo próprio” e que é denotada por “[i(a)]”, encobrendo a própria função do objeto (a), que guarda uma presença velada, da consistência do Real. Todavia, essa “Imago” deixa de ser concebida, como uma simples imagem física e perceptiva, para adquirir o estatuto de uma matriz, portanto, com efeitos, também, simbólicos, que vão possibilitar a presença de uma “imagem especular”, que metaforiza a existência do “outro”, o “semelhante”, e que traduz uma representação unificada do corpo que, também, é identificado ao “Eu ideal”. Essa evolução do Sujeito, foi metaforizada por Lacan, em diversos momentos de seu ensino, através do que ele desenvolveu como o “Estádio do Espelho”, mais tarde, pelo Esquema Óptico Generalizado e, ainda, pelo Grafo do Desejo, entre outras condições.

Aos poucos, o Sujeito vai estabelecendo, de uma maneira progressiva, o controle de seus movimentos e desenvolvendo uma condição para intermediar sua relação com os objetos que participam de suas diferentes realidades e, até mesmo, para constituir os limites de sua anatomia, a partir dessa implicação à “imagem do outro”, recebendo de “fora”, a envoltura

**“Assim, à medida que estas condições simbólicas vão possibilitando a presença de significantes e letras que se inscrevem, na superfície do Corpo, vão se sucedendo diferentes imagens, volumes e formas, que o Sujeito terá que aprender como suportá-las, desde quando a presença do Real, também, vai participar dessa estrutura imaginária, com formas de gozo e, portanto, com algum desconforto e sofrimento”**

e a forma, com a qual vai construir a “imagem” que vai ter dele mesmo, como uma estátua de seu corpo, em que os limites corporais, não são determinados pela pele e pelo organismo, como geralmente se pode pensar, mas por condições que se expandem e se contraem, e que estão implicadas aos próprios efeitos que esse somatório de *Lalíngua* vai instituindo, como essa “imagem do outro” [i’(a)]. Freud falou sobre isso, referindo-se à libido e às pulsões. Com efeito, essa condição que se mostra como uma “fonte do narcisismo”, vai servir, também, de matriz, para diferentes identificações imaginárias, que vão se sucedendo, até que uma última delas, possa produzir um tipo de “identificação resolutiva”, que venha constituir a própria “imagem do Corpo”. Uma operação que vai possibilitar, também, a presença de uma imagem virtual, quando são agregados valores simbólicos e “idealizados”, estabelecidos pelo “Ideal do Eu” e que funda esta instância imaginária, que é o Eu (Moi); uma condição, portanto, que vai permitir a apreensão das superfícies, formas e, mesmo, dessa unidade imaginária, em relação ao Corpo. Na sequência desse desenvolvimento, constrói-se, também, uma outra imago, uma “imago do corpo despedaçado”, que tende a se atualizar em diferentes momentos da ex-sistência do

Sujeito, como nos sonhos, nas artes e, mesmo, em certas patologias que venham afetá-lo. Dito de outra forma, a constituição dessa instância imaginária que é “EU” e aquela do “próprio Corpo”, não transcorre de uma operação fundamentada num simples jogo de imagens, mas através de algo que se realiza, também, a partir da existência de um olhar e de um dizer, que se encarna através de diferentes vozes, que envelopam o Sujeito. Essa imagem, no entanto, mesmo que se mantenha “mais ou menos perfeita à visão” e se presentifique como uma “mancha”, para o Sujeito “se-fazer olhar”, ela guardará por toda sua existência, uma incompletude e, assim, uma tendência à insatisfação.

Portanto, o que é essencial a se considerar, aqui, na constituição do “**Corpo do Imaginário**” é que ele não se resume a um puro jogo de imagens, mas de algo que vai ocorrendo de uma maneira simultânea, nas relações com o semelhante, com o “outro”, e, também, através de intervenções produzidas por *Lalíngua*, que se constituem a partir de representantes transferenciais, que vão afirmando para o Sujeito, o que ele é e quem ele é. Assim, à medida que estas condições simbólicas vão possibilitando a presença de significantes e letras que se inscrevem, na superfície do Corpo, vão se sucedendo diferentes *imagens, volumes e formas*, que o Sujeito terá que aprender como suportá-las, desde quando a presença do Real, também, vai participar dessa estrutura imaginária, com formas de gozo e, portanto, com algum desconforto e sofrimento.

Dessa maneira, esse trabalho de constituição do Corpo, torna-se uma condição mais acessível, para uma olhada intuitiva, onde a imagem que o Sujeito vai concebendo para ele mesmo, é um “robo”, uma imagem-hábito, com que os “Outros” parentais o veste, com odioamorção, para que ele possa “se fazer mancha”, ou melhor, a se tornar um “objeto”, para o desejo do Outro, que nem mesmo existe, mas que se torna capaz de produzir uma implicação dessa mostraçã do Corpo, que o sustenta, e que está relacionado à própria noção de Identificação. Uma condição que vai estar, sempre, na dependência de assembleias imaginárias, que intimam o Sujeito a tomar posição diante da imagem e da forma do Corpo que o sustenta, enriquecido por elementos do Simbólico e, dessa substância de gozo, do Real.

## UM CORPO DO SIMBÓLICO

Mesmo que o *Sujeito* já preexista na linguagem, antes do humano ter nascido, ele sofre, desde cedo, os efeitos de um envelope sonoro, constituído pela cadeia borromeana a partir de diferentes jaculações que vêm de um Outro, que embora nem mesmo exista, o envolve e o contamina. São diferentes vozes, que mesmo sem qualquer representação, vêm metaforizar um contágio, de “*a-vida*” e “*a-morte*”. A partir do momento que o “*Sujeito de fraldas*” se heterifica através dessa estrutura borromeana, ele é convocado a repetir estas diferentes jaculações, para produzir seus primeiros apelos e demandas, buscando dar uma continuidade para sua ex-sistência. Além disso, os efeitos desse somatório de Lalíngua transmuda a existência, do que vou chamar, de um “corpo primitivo”, colocando-o como um leito, como uma superfície que passa que se constituir num primeiro lugar a ser marcado por letras e significantes, possibilitando que o “verdadeiro corpo”, o primeiro corpo que é a linguagem, possibilite que o segundo corpo possa, então, ser incorporado, como foi sugerido por Lacan<sup>6</sup>. Essa condição é algo que se realiza, num tempo sem qualquer heteridade para o Sujeito e, assim, que ele possa ter um saber sobre sua história. É através desse **Corpo do Simbólico** que o organismo, como um “saco de pele” vai sendo preenchido com seus órgãos, que serão transformados em “instrumentos de trabalho” e passam a desempenhar diferentes atividades, ou mesmo uma variedade de funções, relacionadas aos movimentos, às sensações ou, até mesmo, à produção de diferentes secreções.

Além disso, embora a diferença anatômica deva, sempre, ser levada em conta, nessa olhada sobre o Corpo, a **forma** perde sua importância e a anatomia deixa de ser o destino, para instaurar a diferença dos sexos. Pois o Corpo quando concerne aos gozos, ocorre uma equivalência entre os corpos masculino e feminino e, assim, o **Corpo** goza com valor de Homem, ou com valor de Mulher, na dependência dos efeitos de dois tipos de discurso, que afeta o Sujeito, respectivamente, segundo as fórmulas da sexualização.

## UM CORPO DO REAL

Nessa estrutura da *cadeia borromeana*, além da presença de um **Corpo do Imaginário** e de um **Corpo do Simbólico**, existe, também, um **Corpo do Real**, que mantém um tipo de *fisiologia excluída* e vai estar implicado ao “gozo da Vida” e ao “gozo da Morte”. Esse Corpo do Real concerne, também, à noção do *sexo*, quer como materialidade de gozo, quer sob a forma dessa condição, de se ter nascido “macho” ou “fêmea”, não se constitui como uma referência necessária e nem mesmo suficiente, para se estar do “lado Homem” ou do “lado Mulher”, numa *Análise em*

*Intensão*. Dessa maneira, embora a diferença anatômica dos sexos deva ser levada em conta, isto é, embora a anatomia conte, ela não é o destino e a prática da análise não contempla essa condição, pois o gênero, a forma e a genética, não se mantêm responsáveis para instituir essa diferença entre os sexos. Dito de outra forma, quando o **Corpo** goza, com valor de Homem, ou com valor de Mulher, depende dos efeitos de dois “Discursos”, que afetam o *Sujeito*, como um “*Discurso Homemsexual*”, ou com um “*Discurso do Outro sexo*”, respectivamente, e que deixam suas consequências.

Mais uma vez, deve-se ter alguma prudência para se tratar do **Corpo do Real**, pois ele não deve ser confundido com o organismo, com o corpo da anatomia, da fisiologia e, nem mesmo, vai corresponder a um corpo de Homem, ou um corpo de Mulher, que podem ser definidos, inclusive, através da escritura de seus códigos genéticos. Estes diversos elementos mesmo que guardem uma posição assintótica com o Real, não lhe pertencem. Assim, por definição, o **Corpo do Real** é algo sem representação, que não se pode, portanto, apreender e nem sequer falar dele. Pode-se inferir, no entanto, que ele corresponde a algo que se constrói a partir de pedaços arrancados do organismo por Lalíngua, como buracos “naturais” e “abstratos”, que definem diversos lugares de gozo do Corpo. Embora ainda se possa dizer que o **corpo do Real** diz respeito aos diferentes tecidos que constituem o organismo, isso não corresponde a uma unidade imaginariamente unificada, mas a “pedaços do Real” que se presentificam num tipo de *Unheimlich*, com uma familiaridade e estranheza, que o Sujeito sempre desconhece.

## “MAIS-UM CORPO”

Procurando formalizar essa noção do Corpo, na Psicanálise, ao se introduzir essa condição topológica da cadeia borromeana, que rompe com a noção do mito esférico, onde o **Corpo** foi sempre concebido por suas aparências e formas, ainda que isso mantenha sua importância, o que é necessário considerar, é que **Corpo** deve ser concebido sob uma condição trinitária, como vimos acima, como um **Corpo do Imaginário**, um **Corpo do Simbólico** e um **Corpo do Real**, que institui diferentes manifestações de gozo (*fálico, do Corpo, gozo-sentido e, ainda, gozo do próprio objeto a*), que afetam o Sujeito de uma maneira permanente, no curso de sua existência.

Além disso, a partir do momento que Lacan instituiu uma homeomorfia, entre o objeto (a) e o Sujeito, que

**“Essa condição do Corpo, que estou propondo como “mais-UM”, vem dar suporte a diferentes efeitos de gozo, que vão de servir de matéria para a expressão de afetos, de manifestações epistemo-somáticas e, ainda, que o Sujeito possa inventar o inconsciente que o determina, dando uma continuidade à presença do SINTOMA, o outro elemento de nosso trabalho”**

passaria a ocupar o “coração” da cadeia borromeana, sob a condição de um artesão, responsável por produzir seus “artesanatos”, inclusive a inventar o inconsciente que o determina, o **CORPO** adquiriu um estatuto privilegiado, passando a ser construído pelo próprio Sujeito. Com efeito, se cada um destes **Corpos** (do Imaginário, do Simbólico e do Real) está implicado aos outros dois, nessa estrutura borromeana, onde o “três faz UM”, não é excessivo se considerar que essa condição dos três **Corpos** (do **Imaginário**, do **Real** e do **Simbólico**), dá substância ao Sujeito para ir construindo, num espaço e tempo de base, a ser lido a cada momento de uma análise, esse **Corpo** que irá sustentá-lo, no curso de sua ex-sistência.

Assim, essa **noção do Corpo** toma uma dupla via. De um lado, passa a fazer parte de um discurso normatizado e sob a forma de diferentes *realidades* que têm suas representações, no campo médico. Assim, o progresso das Ciências, que compartilhem dessa relação do Corpo com a medicina, com suas tecnologias de ponta, que dispõem na atualidade, de transplante de células ou de órgãos, de explorar, medir, escanear, fotografar os lugares mais reservados do Corpo, há um limite a se considerar, já que estas condições da “modernidade” não podem avaliar e quantificar, os diferentes tipos de gozo que afetam o Sujeito, de uma maneira contínua e permanente. Dito de outra forma, entre a demanda que os portadores de afeções e fenômenos somáticos fazem à medicina, para diminuir ou acabar com seus sofrimentos e o que se pode considerar, a partir do discurso analítico, existirão sempre fracassos e limites nos avanços e progressos da Medicina e no conhecimento científico, para alcançar um “*saber-fazer*” sobre o Corpo, desde quando, o que se estrutura numa anatomia e fisiologia, que obedecem a uma ideologia do “normal”, não é algo tão simples de se definir.

A outra via do **CORPO**, quando encaminhada pela Psicanálise, o que o fundamenta é que ele deve ser concebido a partir de um trabalho que o Sujeito realiza, a partir desta estrutura trinitária, da cadeia borromeana, considerando a presença de um **Corpo do Imaginário**, um **Corpo do Real** e um **Corpo do Simbólico**, enlaçados de uma maneira solidária, numa relação de espaço-tempo, que se mostra sob essa condição, que vou enunciar como “**de três que faz mais UM**”, como algo que “resiste, o que consiste, antes de se dissolver”, como Lacan comentou no Sem. XXII (RSI)<sup>7</sup>. Dessa maneira, os significantes e as letras podem ser tomados como ...“*imagens corporais que engravidam a histórica, que se identificam ao objeto do “penis-neid”, representam o fluxo urinário (e ainda) ...o excremento retido do avaro ...*”, como Lacan já afirmava, desde o início de seu ensino<sup>8</sup>. Além disso, esses elementos do somatório de Lalíngua podem aumentar, diminuir, paralisar a sensibilidade de áreas do **Corpo**, podendo até mesmo, excluí-las.

Pode-se considerar, ainda, que estes elementos linguageiros quando se inscrevem, na superfície real da carne, não só produzem uma outra anatomia, como eles estabelecem marcas que adquirem um valor de “signos de pertinência”, que vão servir ao Sujeito, para estabelecer diferentes tipos de identificação; estes sinais aparecem, também, como “*marcas eróticas*”, através de escarificações, diferentes tipos de cicatrizes, as tatuagens, com manifestações somáticas, onde todas estas condições guardam uma implicação com o “desejo do Outro”, ainda, que esse grande Outro nem mesmo exista; além disso, o Sujeito tende a se mostrar sob diferentes formas, quando procura se vestir com imagens do “outro”, o semelhante, sob a função de “objeto”, com uma “cobertura idealizada”, para que possa ser amado e, também, poder amar. Estas condições elaboradas pelo Sujeito servem para que através de qualquer relação amorosa, ele possa recobrir aquilo que Lacan axiomatizou, como a “proporção sexual que não se escreve entre o Homem e a Mulher” e que ele possa estabelecer limites toleráveis para o horror do gozo, que o convoca a gozar e a se fazer gozar.

Essa condição do **Corpo**, que estou propondo como “**mais-UM**”, vem dar suporte a diferentes efeitos de gozo, que vão de servir de matéria para a expressão de afetos, de manifestações epistemo-somáticas e, ainda, que o Sujeito possa inventar o inconsciente que o determina, dando uma continuidade à presença do **SINTOMA**, o outro elemento de nosso trabalho. Portanto, o **CORPO** passa a ser concebido com o estatuto de uma **substância de gozo**, que vai se constituir num elemento operativo e fundamental, do discurso analítico, e como um suporte sem o qual a psicanálise não caminha, como já havia afirmado acima. Assim, o *Sujeito*, desde cedo, é convocado a elaborar um “saber-fazer”, para se desembaraçar destes efeitos, que tendem a levá-lo para o pior, considerando-se que, em última instância, a partir da escritura da cadeia borromeana, o “**gozo é sempre do Corpo**” e, assim, o *Sujeito* só goza do **Corpo** que o sustenta.

Para ir finalizando, a partir desta escritura trinitária da cadeia borromeana, quando se procura identificar os efeitos que cada uma destas dimensões, do Imaginário, do Real e do Simbólico, produz sobre as outras duas, o **Corpo** passa a ser concebido, também, como uma

**“Por isso mesmo, uma questão importante, ainda, a se considerar, é que o Sintoma, nessa condição borromeana, na Psicanálise, ele vem revelar uma intimidade com o Imaginário, ligando-o ao Corpo, ao Simbólico, num relação que implica o Sujeito a gozar do inconsciente que o determina, que orienta suas escolhas e seu destino; e, ainda, ao Real, através destes diferentes efeitos de Gozo, que referi acima”**

consistência que experimenta efeitos de cada um deles, dando suporte para as diferentes expressões de gozo, que atuam, também, sobre o *pensamento*, convocando o *Sujeito* a produzir outros “artesanatos”, para se proteger destes efeitos devastadores. Aqui, vou considerar uma destas condições que corresponde ao **Sintoma**. Desde Freud, que o **Sintoma** adquiriu o estatuto de uma “formação do inconsciente” e, assim, implicado ao recalque, ao retorno do recalçado e, também, à repetição. Com Lacan, na primeira parte de sua leitura dos textos de Freud, o **Sintoma** recebeu o estatuto de um significante que se reduzia à realidade do inconsciente, “estruturado como uma linguagem” e, ainda, correspondendo a um “discurso do Outro”.

Dessa maneira, adquiria o estatuto de uma metáfora e que veio a ser matemizado, mais tarde, no grafo do desejo, como uma mensagem do Outro – **s (A)** - que passaria a representar uma significação, ou melhor, uma “significância do Outro”, embora não se tratasse de uma mensagem que viesse servir de escambo, para uma suposta “relação intersubjetiva”, com os “pequenos outros”, os semelhantes, e nem mesmo como um sintoma social. Com efeito,



como uma *metáfora*, ou como uma mensagem cifrada dirigida ao grande Outro, sempre que ele o **Sintoma** se presentifica, numa Análise em Intensão, é para ser lido e decifrado. Como não se trata de uma questão linguística, ou semântica, essa definição do **Sintoma**, como uma mensagem ou como metáfora, inclui um “plus”, um *mais-de-gozar* que institui os limites de seu deciframento.

Existe algo trágico, ou mesmo tragicômico, nesta condição, pois o *Sujeito* ignora os termos da mensagem que contém, ainda que ela traga, algumas vezes, até mesmo o decreto de sua morte. Sobre essa questão, Lacan aludiu, em certo momento de seu ensino, ao destino de Guildenstern e Rosencrantz, em Hamlet; eles “não sabiam” que transportavam uma mensagem, que os condenava a uma morte imediata, sem recursos de apelação. Aqui, sentido e gozo se articulam

no **Sintoma**, subordinado de alguma maneira, à noção do *fantasma fundamental*, como é mostrado através do Grafo do Desejo.

Na sequência de seu ensino, Lacan passando pela condição dos Discursos, na Psicanálise, quando ele chega a implicação da cadeia borromeana, ele vai instituir uma outra versão para o **SINTOMA**, tirando novas consequências para a prática e a teoria psicanalítica. Assim, o **Sintoma** passa a ser concebido como uma “penetração do Simbólico no Real”, ou mesmo, como uma “inchação do Simbólico no Real”, como um “osso”, que vai dar um sinal, de alguma coisa que não anda bem no Real.

Dessa maneira, o **SINTOMA** passava a ser interrogado a partir da noção da letra e da escritura, chegando mesmo a se constituir como uma “*nominação simbólica*”, que se mostra como uma condição de gozo, implicado ao inconsciente

que o Sujeito inventa e que o determina. Por isso mesmo, uma questão importante, ainda, a se considerar, é que o **Sintoma**, nessa condição borromeana, na Psicanálise, ele vem revelar uma intimidade com o Imaginário, ligando-o ao **Corpo**, ao Simbólico, num relação que implica o Sujeito a gozar do inconsciente que o determina, que orienta suas escolhas e seu destino; e, ainda, ao Real, através destes diferentes efeitos de Gozo, que referi acima.

Como um efeito da estrutura borromeana, o **Sintoma** não só vem se constituir numa vertente de gozo, na ex-sistência do Sujeito, como mantém os limites de sua interpretabilidade, modificando o sentido da interpretação e até mesmo da própria análise. Com efeito, o **Sintoma** passa a ser concebido a partir de uma transmutação de sua condição patológica a ser tratada, para implicar o

Sujeito a ir descobrindo o que “saber-fazer”, para saldar os débitos que ele adquire, logo cedo, nessa sua implicação ao somatório de Lalíngua. Assim, ainda, que o **Sintoma** o faça sofrer, não é excessivo se considerar, que é o melhor que o *Sujeito* pode ter, para viver. Dessa maneira, entre outras coisas, o que se espera de uma análise, não é que o *Sujeito* se libere de seus **sintomas**, mas que saiba de que maneira está implicado neles e o que pode fazer para se desembaraçar de seus efeitos.

Assim, para se desenvolver essa noção do Corpo, na Psicanálise, embora se possa ter uma tendência ilusória de dar uma prioridade ao *Imaginário*, ele deve ser olhado a partir dessa trindade do IRS, como “MAIS-UM CORPO”, que pode ser afetado por diferentes fenômenos somáticos, sofrendo expressões de angústia, de inibições e sintomas, de “falhas epistemo-somáticas”, entre outras condições. Considerando, ainda, uma questão colocada por Lacan, em certo momento de seu ensino, quando perguntava, “*quem sabe o que se passa em seu corpo?*”

Para dar uma resposta à esta questão, procurou diferenciar o que poderia ser uma produção do inconsciente de Freud, dessa outra condição que identificou como uma “ignorância” do *Sujeito*, em relação ao que se passa com seu **Corpo**. Embora, nessa ocasião, Lacan tenha utilizado de uma oposição, entre o saber inconsciente, que chamou de um saber articulado pelo significante e de um saber falado, em contraposição a um “não saber” (Unbekannte), a uma “ignorância” ligada ao **Corpo**, algo se modifica a partir da implicação da cadeia borromeana, na Psicanálise, quando ele desenvolve uma noção de realidades localizadas”, em que o *Sujeito* se mantém sempre ex-sistente, em relação ao **Corpo**, para preservar essa propriedade de que o “*Corpo deve funcionar em silêncio*”, pois quando ele não faz “barulho”, quando “não se sente o Corpo”, isso é a saúde. Ao contrário, ao começar a se perceber o “barulho” do CORPO que, de uma maneira idealizada, pode-se considerar o momento em que seus órgãos se transmudam em instrumento de gozo, isso passa a comandar seu funcionamento, produzindo embaraço, angústia, o SINTOMA entre muitas outras manifestações.

Assim, o *Sujeito* teria que trabalhar, para saber o que fazer com isso, pois, desde que

a Psicanálise constrói uma outra anatomia, contendo “buracos naturais” e “buracos abstratos”, como referi acima, construídos por um *dizer* que que ressoa e faz eco no Corpo, arrancando, também, pedaços de carne, ele deixa de ser uma unidade harmônica, para se converter em diversas consistências de gozo, dos quais o *Sujeito* tem que aprender como se desembaraçar de seus efeitos.

Para concluir, na prática da psicanálise, o que o *Sujeito* tem que aprender, ou melhor, inventar, é como se desembaraçar destes efeitos de gozo, ainda que eles sirvam como sinais de manifestações da vida e da aceitação da morte, guardando essa cota de sacrifício, desse mais-de-gozar que se oferece a um Outro, que nem mesmo existe. Ou mesmo do não-sentido que se realiza quando o *Sujeito* procura inventar um saber em torno daquilo que não se pode dizer e que o faz gozar cada vez que toma a palavra, seguindo uma ética do bem dizer.

Obrigado e até uma próxima oportunidade.

<sup>1</sup> Aurélio Souza é psicanalista membro fundador do Espaço Moebius - Salvador, instituição que completa 27 anos em 2018.

<sup>2</sup> Lacan, J., Sem. Le Savoir du Psychanalyste, aula de 04/11/1971. Documento interno da Association Lacanienne Internationale.

<sup>3</sup> Esse somatório de Lalíngua veio, também, ser nomeado de “Linguisteria”, de “Outro Real da linguagem” e, ainda, de “Aslínguas” (“L’Élangues”), um neologismo inventado por Phillipe Sollers, que Lacan, também, utilizou em sua ensino.

<sup>4</sup> Lacan, J., La logique du fantasme, aula de 12/04/67.

<sup>5</sup> Lacan, J., Subversion du sujet ..., em Écrits, Paris, Seuil, 1966, p. 819.

<sup>6</sup> Lacan, J., Sem. XX, Encore, Seuil, Paris; Sem. Mais Ainda, aula X, p. 162. (o destaque é por minha conta).

<sup>7</sup> Lacan, J. Radiophonie”, em Scilicet, 2/3, Paris, Seuil 1970, p. 60/62.

<sup>8</sup> Lacan, J., Sem. XXII, RSI, Edição não comercial da Association Lacanienne Internationale, aula de 18/02/75.

<sup>9</sup> Lacan, J., Fonction et champ de la parole et du langage ..., Écrits, Paris, Seuil, 1966, p.301.

**Revista ALPL: De início, gostaria que nos falasse sobre os termos: transmissão, ensino, intensão e extensão em psicanálise.**

**Thatyana Pitavy:** Como articular transmissão e ensino no discurso psicanalítico? O que podemos dizer é que as vezes fazemos uma associação muito rápida de um ensino com um saber. Isso não agradava a Lacan, segundo ele, essa não seria a função do seu ensino. Essa equação direta de um ensino com um saber seria próprio do discurso universitário, que se traduz por uma transmissão de saberes. Saber ao serviço de uma norma social, saber articulado à política dessa mesma norma. Resumindo: discurso Universitário ao serviço do discurso do Mestre. Lacan se interroga: « Como a gente se comporta em relação ao saber quando ocupamos o lugar desse que sabe? » Avançando, que o discurso do psicanalista não se transmite dessa maneira, desse lugar de encarnação, desse que sabe, mas de sujeito suposto saber. A transferência é um lugar privilegiado nesse trabalho de « passagem »... de transmissão. Podemos avançar que o saber que interessa à psicanálise é o saber do inconsciente. Nesse sentido, se tratará sempre de um saber dividido, esburacado, recalcado... Como então transmitir o que disso não se sabe? Como podemos ver é a questão do real que fica colocada aqui. Os últimos anos do ensino de Lacan foi marcado pelos seus matemas e pela topologia (teoria dos nós e superfícies), ele parecia ter encontrado ali um instrumento fiável de transmissão. Esse suporte da matemática, ciência exata por definição, foi para Lacan um suporte irrefutável de « passagem » ao ponto que fez da sua topologia uma prática, práxis. Fizemos um colóquio em Paris que se intitulava : « Como a topologia orienta a nossa técnica ? » O que desenvolvi nessa ocasião foi que a topologia lacaniana é um progresso técnico na direção da cura analítica. Porque um progresso? Me parece que a topologia lacaniana nos permite ler e escrever a clínica com a qual nos deparamos hoje em dia, uma clínica em movimento, mutante, que nos deixa muitas vezes sem referências, sem saber como responder. Técnica, tekhné é a « arte de saber-fazer », o que nos interessa nessa tekhné lacaniana é o « como-fazer ». E o « como-fazer » na direção da cura não se limita à uma aplicação das regras fundamentais (associação livre, pagamento, sessões regulares,...), o dispositivo dito técnico de uma psicanálise não é uma garantia para que uma cura encontre uma direção ou mesmo um fim. Não se trata somente de saber-fazer, mas como saber-fazer com isso, com o real da clínica, com o qual cada analista fica confrontado de maneira

# Entre vista

## Entrevista com Thatyana Pitavy

Em seu segundo número, a Revista ALPL tem a satisfação de publicar uma entrevista com a psicanalista Thatyana Pitavy a respeito da formação e transmissão em psicanálise. Brasileira,

Thatyana reside e atua como psicanalista na França, é membro da Associação Lacaniana Internacional em Paris e também membro correspondente do Espaço Moebius – Salvador.

De forma leve, mas com rigor, a entrevistada fala de questões essenciais à formação e à prática psicanalítica a partir de sua experiência e percurso no Brasil e na França. Esperamos que o leitor possa desfrutar desta generosa contribuição feita à Revista ALPL por Thatyana Pitavy. Muito obrigada, Thatyana!

Zeila Facci Torezan

solitária. Uma parte disso (isso) não se transmite, mas se inventa, cada psicanalista teria essa missão: de reinventar a psicanálise. Em duas palavras podemos dizer que a psicanálise em intensão é o dispositivo da cura analítica (o sujeito tomado na transferência) e a psicanálise em extensão seria a psicanálise incorporada no laço social.

**Revista ALPL: Em sua leitura, qual é a função de uma associação de psicanálise para seus membros e também para a sociedade na qual está inserida?**

**Thatyana Pitavy:** Ao meu ver, a função primeira de uma associação de psicanálise é « fazer lugar », ser um lugar de trabalho comum para seus membros. Um lugar que podemos em seguida definir como sendo um lugar de acolhimento, de reconhecimento, de escuta, de transmissão e de formação. Um lugar de onde um psicanalista pode se autorizar para além dele mesmo. Para além da sua própria análise no diálogo que ele vai estabelecer com outros psicanalistas. Lugar onde ele vem também testemunhar do seu desejo de analista, do seu engajamento com a psicanálise e com o social. Quanto à relação de uma associação de psicanalistas com a « cité » podemos dizer que se trata de um laço a tecer sem cessar... Encontramos essas frases em Lacan que o inconsciente é o político, que o inconsciente é o social; se levarmos em conta essas afirmações, podemos concluir que uma associação que não dialoga com essas instâncias corre o risco de ficar fora da cena social, ficando fechada nela mesma, fechada em um discurso paranóico. Ora, a questão é de como entrar nesse diálogo com a « cité » sem perder de vista a ética da psicanálise, pois não se trata aqui de ser cidadão, de tomar partido ou mesmo de defender uma norma de saúde mental, mas de fazer valer que o discurso psicanalítico é talvez um dos últimos recursos/discursos capaz de supor um sujeito desejante e responsável pelos seus atos e por suas escolhas, pois como sabemos, a tendência atual é de foracluir o sujeito, seja do lado da ciência como um sujeito acéfalo ou do lado do médico-social como sujeito vítima.

**“Não se trata somente de saber-fazer, mas como saber-fazer com isso, com o real da clínica, com o qual cada analista fica confrontado de maneira solitária.”**

**Revista ALPL: Gostaria que comentasse sobre o dispositivo do passe. Embora ele tenha sido abandonado por Lacan, ainda é defendido e utilizado em algumas instituições e não em outras. Na sua opinião, porque há tal discordância?**

**Thatyana Pitavy:** Foi na proposição do 11 Outubro 1967 que Lacan inventou o Passe. Partindo dessa questão fundamental: « o que levaria alguém no final da sua cura a virar psicanalista? » Para Lacan o dispositivo do passe tentaria responder a essas dificuldades: como saber sobre o desejo do analista e como construir uma sociedade de psicanalistas eliminando as variantes imaginárias do poder, que a maior parte do tempo vinham associadas às nomeações: analista membro (AME), júri – analista da Escola (AE), passante, passador, etc. A resposta foi decepcionante, pois um outro problema apareceu logo de início: os chamados AE (Analista da Escola) que constituiu o primeiro júri do Passe, esse primeiro grupo foi constituído de forma arbitrária por Lacan, criando uma categoria excepcional « os cardinais » de Lacan... Outro problema flagrante era a expectativa e o contentamento narcísico do « passante » em ganhar um título, uma promoção, uma graduação. Inversamente, o desespero (e finais trágicos) para aqueles que eram recusados nessa experiência do Passe. Bom, tudo isso levou Lacan a se arrepender e concluir que o discurso analítico não é diretamente transmissível e que cada um deve reinventar a psicanálise a partir da sua própria cura.

Quanto às sociedades de psicanálise que praticam o dispositivo do Passe, não saberei responder, mas posso responder da questão do Passe na Associação Lacaniana. Como diz nosso atual presidente Jean-Paul Beaumont : « a questão de Lacan (de interrogar o desejo do analista) continua sendo a mesma na Associação Lacaniana Internacional, onde o dispositivo do Passe continua ativo, embora muito pouco solicitado ». Cada um é livre de fazer a demanda e um « jury d'agrément » se constituirá para responder a tal demanda. Com essa diferença fundamental de que fazer a experiência desse dispositivo na Associação Lacaniana não daria acesso a nenhuma promoção, a nenhum título, mas onde se trata de vir testemunhar dessa passagem de analisante à analista. Com todos os efeitos que isso pode suscitar para o passante. Vocês encontram os textos de referência sobre essa questão no site: l'ELP : <http://ecole-lacanienne.net/bibliolacan/pas-tout-lacan/>

**Revista ALPL: Ainda sobre os dispositivos propostos por Lacan, o que poderia nos dizer sobre o Cartel?**

**Thatyana Pitavy:** O Cartel é um dispositivo de trabalho inventado por Lacan em 1964 (antes do Passe em 1967). « O princípio é de uma elaboração (de um saber) sustentada

**“Se cada analista se autoriza dele mesmo e de alguns outros, desse um por um da cadeia borromeana, porque teria esta necessidade estrutural de um a mais?”**

por um pequeno grupo. Cada cartel se compõe de três pessoas ao menos, de cinco no máximo, quatro sendo a justa medida » (Ato de fundação da Escola Freudiana de Paris). Essa lógica do três mais um (X+1) vem do nó borromeu. A escritura seria de um nó a três sendo enodado por esse mais um. Se essa elaboração de um saber visa um trabalho solidário dessa cadeia, um por um, a questão se coloca quanto à função do mais um, que aparece nesse dispositivo em um lugar privilegiado onde a projeção imaginária não ficaria isenta dessa estrutura, pois quem ocuparia esse lugar da exceção? Do mais um? Porque seria esse mais um o responsável da estrutura do cartel? Encontra-se o mesmo problema da hierarquia que evoquei no dispositivo do Passe: quem autoriza quem? Quem nomeia? Se cada analista se autoriza dele mesmo e de alguns outros, desse um por um da cadeia borromeana, porque teria esta necessidade estrutural de um a mais? Dito isto, o trabalho em cartéis continua sendo muito praticado em todas as escolas de psicanálise, sobretudo quando se diz respeito à formação do analista. Talvez por fidelidade à Lacan, mas não somente, pois esse dispositivo é um instrumento de trabalho operante e interessante na vida institucional de um grupo de psicanálise. Ele faz trabalhar... Continua sendo um dispositivo vivo para se saber um pouco mais sobre o que é que faz com que nos tornemos analista.

**Revista ALPL: Poderia nos contar um pouco sobre seu percurso como psicanalista na França e membro da ALI?**

**Thatyana Pitavy:** Poderia dizer que meu percurso foi clássico quanto à psicanálise. Quando cheguei na França em 1998, vim com um desejo já bastante afirmado - filha de psicanalistas - como se para mim tudo estivesse traçado! Nunca é bem assim... mas de uma certa forma já estava engajada e orientada na psicanálise, já tinha feito sete anos de análise no Brasil durante meus

estudos de psicologia. Já frequentava grupos de trabalho no Espaço Moebius na Bahia. Chegando em Paris, minha ideia era continuar minha formação aqui, queria ler Lacan em francês e retomar minha análise. Rapidamente me aproximei dos ensinamentos da Associação Lacaniana e um ano depois comecei uma análise com Charles Melmann. Aos poucos, meu investimento na Associação foi tomando forma, os últimos quatro anos tenho feito parte do Bureau da ALI, durante três anos exerci a função de secretária geral e atualmente sou uma das responsáveis dos colóquios organizados pela Associação, inclusive os colóquios internacionais – como é o caso deste ano, pois o nosso Seminário de Verão acontecerá em Lisboa (junto com o CPP- Centro de Psicanálise Português). Esse lugar de observação privilegiado – no coração da Associação – tem sido uma experiência muito rica em termos institucionais, é muito interessante ver como uma sociedade de psicanalistas funciona ou não funciona! Faz dez anos que atuo aqui como psicanalista, em língua francesa e portuguesa, isso também é bastante interessante, a escolha do idioma na psicanálise. Em que língua escolhemos nos analisar e analisamos? O que é possível se dizer em uma língua e não em outra, o que é possível escutar em uma língua e não em outra? Questões técnicas, éticas. A Associação Lacaniana Internacional (ALI) continua sendo um lugar de formação e de transmissão importante para mim. Junto com dois colegas, estou responsável por um ensino chamado: «Exercício de topologia lacaniana» em que trabalhamos com os objetos da topologia lacaniana no espaço e no plano. Tenho também uma experiência de dezoito anos em um serviço especializado « Psiquiatria e Adicção », prática que ainda exerço.

**Revista ALPL: Que mensagem transmite para os jovens analistas brasileiros?**

**Thatyana Pitavy:** De não ceder ao seu desejo, ao seu desejo de analista.

**Thatyana Pitavy**

Psicanalista - Analista Membro da Associação Lacaniana Internacional  
Membro correspondente do Espaço Moebius



# Normas de submissão e publicação

1. Os artigos submetidos para publicação na Revista ALPL devem ser inéditos, salvo traduções consideradas pertinentes e relevantes pela comissão editorial.
2. A submissão e publicação de artigos em língua estrangeira (inglês, francês ou espanhol) serão aceitas. Caso o autor deseje a publicação em português, a tradução ficará a seu encargo.
3. Resenhas, entrevistas e ensaios e que estejam articuladas à proposta e objetivos desta revista, podem ser enviados para apreciação.
4. Os textos deverão seguir as normas técnicas da APA e as especificações aqui definidas:
  - 4.1. Resumo em português, inglês e francês (ou espanhol) composto de 200 a 250 palavras. Três palavras-chave separadas por ponto.
  - 4.2. Documento no formato Word for Windows; fonte Arial 12; Espaço 1,5 justificado em ambas as margens de 2 cm.
  - 4.3. Citações a partir de 4 linhas devem conter espaço simples, recuo à esquerda e à direita de 3 centímetros e fonte Arial 11.
  - 4.4. As notas devem estar no final do texto (Arial 10, espaço simples), antes das Referências Bibliográficas.
  - 4.5. As citações bibliográficas devem ser inseridas no corpo do texto, sempre de acordo com as normas da APA. O número de Referências Bibliográficas não pode exceder a 15.
  - 4.6. Os artigos devem ter um mínimo de 7 e um máximo de 10 páginas, incluindo os 3 resumos, figuras, gráficos, quadros, imagens, notas de fim de texto e referências bibliográficas. Entrevistas e ensaios devem ter de 3 a 10 páginas. Resenhas devem ter até 3 páginas.
5. Os textos devem ser enviados com a identificação, dados pessoais, e-mail e afiliação institucional em página separada, para o e-mail da Revista:

**revistaalpl@gmail.com**

